



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SEJUSP-MS

**SEJUSP-MS - SECRETARIA DE ESTADO DE
JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DO MATO
GROSSO DO SUL**

Agente de Segurança Socioeducativa

**EDITAL N. 1/2025 – SAD/SEJUSP/SAS/
AGENTES**

**CÓD: OP-064JL-25
7908403577897**

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos técnicos e administrativos	7
2. Estrutura e organização textual	10
3. Ortografia	11
4. Acentuação	16
5. Concordância verbal e nominal	19
6. Gramática normativa	19
7. Redação oficial e normas de documentos técnicos	23

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Operações matemáticas fundamentais	35
2. Razão, proporção	36
3. regra de três.....	37
4. Porcentagem.....	39
5. juros simples e compostos.....	41
6. Análise combinatória e probabilidade básica	43
7. Sequências lógicas e padrões numéricos.....	48
8. Noções de estatística básica	52

Noções de Ética e Cidadania

1. Fundamentos de ética institucional.....	65
2. Responsabilidade profissional e conduta ética	68
3. Respeito à diversidade cultural e social	69
4. Relação entre ética, cidadania e direitos humanos	72
5. Combater preconceitos e discriminações no ambiente institucional	73

Noções de Direitos Humanos

1. Direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal	77
2. Princípios dos direitos humanos na socioeducação.....	79
3. Direitos Humanos e Convenções Internacionais: Regras de Pequim, Regras de Havana e Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	81
4. Princípios do atendimento humanizado e não discriminatório no sistema socioeducativo	85
5. Direitos e deveres dos adolescentes em conformidade com as medidas socioeducativas	89
6. Gênero, raça, diversidade e enfrentamento à discriminação	90

Legislação Aplicada ao Sistema Socioeducativo

1. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990): Princípios, Direitos Fundamentais, Política de Atendimento, Prática de Ato Infracional, Medidas Socioeducativas, Justiça da Infância e da Juventude, Apuração de Ato Infracional Atribuído a Adolescente	99
2. Lei nº 12.594/2012 - SINASE: Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo	138
3. Resolução nº 252, de 16 de outubro de 2024 – Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) – Dispõe sobre as diretrizes nacionais para a segurança e proteção integral de adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.	150
4. Lei Estadual nº 4.894/2016 e suas alterações – Reorganiza a carreira Gestão de Medidas Socioeducativas	160
5. Lei Estadual nº 1.102/1990 e suas alterações – Regime jurídico dos servidores públicos civis do Poder Executivo, das Autarquias e das Fundações do Estado de Mato Grosso do Sul	168

Comportamento Organizacional e Trabalho em Equipe

1. Habilidades interpessoais e trabalho em equipe	199
2. Gestão de conflitos no ambiente de trabalho.....	200
3. Motivação e comprometimento profissional.....	201
4. Comunicação eficaz e escuta ativa.....	202
5. Relacionamento com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	202
6. Princípios da disciplina e hierarquia no serviço público.....	203
7. Comunicação não violenta, resolução de conflitos e práticas restaurativas	204

Raciocínio Crítico e Resolução de Problemas

1. Capacidade de análise e síntese de informações.....	209
2. Tomada de decisão em cenários solicitados	209
3. Pensamento lógico e estruturação de ideias	210
4. Estratégias para lidar com imprevistos e conflitos	212
5. Identificação de padrões e relações causais	213
6. Exercícios práticos de solução de problemas.....	214

Informática Básica

1. Hardware e dispositivos.....	217
2. Sistemas operacionais (Windows e Linux)	217
3. Editores de texto, de apresentações e de planilhas.....	221
4. Internet, navegadores.....	225
5. correio eletrônico	234
6. Redes de computadores	235
7. Segurança da informação e proteção de dados.....	241
8. Banco e análise de dados.....	243
9. Uso de e-mails institucionais e redes internas.....	246

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário:** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

- **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

- **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

► Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► Textos Verbais

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

► Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

TEXTOS NÃO-VERBAIS

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

► Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

RELAÇÃO ENTRE TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Essa integração de elementos verbais e não-verbais é amplamente utilizada para aumentar a eficácia da comunicação, tornando a mensagem mais atraente e de fácil entendimento. Nos textos multimodais, como nos sites e nas redes sociais, essa combinação é ainda mais evidente, visto que o público interage simultaneamente com palavras, imagens e vídeos, criando uma experiência comunicativa rica e diversificada.

IMPORTÂNCIA DA DECODIFICAÇÃO DOS DOIS TIPOS DE TEXTO

Para que a comunicação seja bem-sucedida, é essencial que o leitor ou observador saiba decodificar tanto os textos verbais quanto os não-verbais. Nos textos verbais, a habilidade de compreender palavras, estruturas e contextos é crucial. Já nos textos não-verbais, é fundamental interpretar corretamente os símbolos, gestos e elementos visuais, compreendendo suas nuances culturais e suas intenções comunicativas.

Dominar a interpretação de ambos os tipos de texto permite ao leitor um olhar mais completo sobre o conteúdo, ampliando suas capacidades de análise crítica e facilitando a compreensão em diversas situações, como na leitura de livros, no consumo de mídias digitais ou mesmo na interpretação de artes visuais e sinalizações.

DICAS PRÁTICAS PARA COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

Compreender e interpretar textos com precisão requer uma série de habilidades e estratégias que facilitam a decodificação e a análise crítica das informações. A seguir, apresentamos algumas dicas práticas que podem auxiliar no aprimoramento dessas competências, especialmente para estudantes que enfrentam provas e concursos.

► Resuma o Texto

Uma das formas mais eficazes de garantir que você compreendeu o texto é fazer um resumo. Ao final de cada parágrafo ou seção, tente sintetizar a ideia principal em poucas palavras ou frases. Esse exercício ajuda a identificar o tema central e os argumentos chave do autor, além de facilitar a organização das ideias.

Exemplo: Ao ler um artigo sobre meio ambiente, anote os pontos principais, como causas do desmatamento, consequências para a biodiversidade e possíveis soluções.

► Utilize Dicionários e Ferramentas de Busca

Durante a leitura, é comum se deparar com palavras desconhecidas ou expressões que dificultam o entendimento. Mantenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto para consultar o significado de termos difíceis. Esse hábito melhora o vocabulário e contribui para uma leitura mais fluida.

Dica: Hoje, diversas ferramentas digitais, como aplicativos de dicionário e tradutores online, permitem uma consulta rápida e eficiente.

► Atente-se aos Detalhes

Informações como datas, nomes, locais e fontes citadas no texto são elementos importantes que ajudam a ancorar a argumentação do autor. Ficar atento a esses detalhes é crucial para a compreensão exata do texto e para responder corretamente a perguntas objetivas ou de múltipla escolha em provas.

- **Exemplo:** Em um texto sobre história, anotar as datas de eventos e os personagens envolvidos facilita a memorização e o entendimento cronológico.

► Sublinhe Informações Importantes

Uma técnica prática para melhorar a compreensão é sublinhar ou destacar partes mais relevantes do texto. Isso permite que você se concentre nos pontos principais e nas ideias centrais, separando fatos de opiniões. A sublinhar frases que contêm dados concretos, você facilita a visualização e revisão posterior.

Dica: Se estiver estudando em materiais digitais, use ferramentas de marcação de texto para destacar trechos importantes e criar notas.

► Perceba o Enunciado das Questões

Em provas de leitura, é comum encontrar questões que pedem compreensão ou interpretação do texto. Identificar a diferença entre esses dois tipos de pergunta é essencial:

Questões que esperam compreensão costumam vir com enunciados como “O autor afirma que...” ou “De acordo com o texto...”. Essas perguntas exigem que o leitor se atenha ao que está claramente exposto no texto.

Questões que esperam interpretação vêm com expressões como “Conclui-se que...” ou “O texto permite deduzir que...”. Essas perguntas exigem que o leitor vá além do que está escrito, inferindo significados com base no conteúdo e em seu próprio repertório.

► Relacione o Texto com Seus Conhecimentos Prévios

A interpretação de um texto é profundamente influenciada pelo conhecimento prévio do leitor sobre o tema abordado. Portanto, ao ler, tente sempre relacionar as informações do texto com o que você já sabe. Isso ajuda a criar conexões mentais, tornando a interpretação mais rica e contextualizada.

Exemplo: Ao ler um texto sobre mudanças climáticas, considere suas próprias experiências e leituras anteriores sobre o tema para formular uma análise mais completa.

► Identifique o Propósito do Autor

Outro aspecto importante na interpretação de textos é compreender a intenção do autor. Tente identificar o objetivo por trás do texto: o autor deseja informar, persuadir, argumentar, entreter? Essa identificação é essencial para interpretar corretamente o tom, a escolha das palavras e os argumentos apresentados.

Exemplo: Em uma crônica humorística, o autor pode utilizar ironia para criticar um comportamento social. Identificar esse tom permite uma interpretação mais precisa.

► Releia o Texto Quando Necessário

A leitura atenta e pausada é fundamental, mas muitas vezes é necessário fazer uma segunda leitura para captar detalhes que passaram despercebidos na primeira. Ao reler, o leitor pode verificar a coesão e a coerência do texto, além de confirmar sua compreensão sobre os fatos e as ideias centrais.

Dica: Durante a releitura, tente focar em partes que parecem confusas inicialmente ou nas quais surgiram dúvidas.

► Contextualize Figuras de Linguagem e Elementos Subjetivos

Muitos textos, especialmente os literários, utilizam figuras de linguagem (como metáforas, ironias e hipérboles) para enriquecer o conteúdo. Para interpretar esses recursos, é necessário compreender o contexto em que foram usados e o efeito que o autor deseja provocar no leitor.

Exemplo: Em uma poesia, uma metáfora pode estar presente para criar uma comparação implícita entre dois elementos, e a correta interpretação desse recurso enriquece a leitura.

► Pratique Regularmente

Compreensão e interpretação são habilidades que se desenvolvem com a prática. Quanto mais textos você ler e analisar, maior será sua capacidade de decodificar informações e realizar inferências. Diversifique suas leituras, incluindo textos literários, científicos, jornalísticos e multimodais para ampliar sua gama de interpretação.

Essas dicas, quando aplicadas regularmente, ajudam a aprimorar tanto a compreensão quanto a interpretação de textos, desenvolvendo uma leitura crítica e atenta. Ao dominar essas técnicas, o leitor se torna mais apto a enfrentar desafios em provas e situações do cotidiano que exigem análise textual.

Dominar as habilidades de compreensão e interpretação de textos, tanto verbais quanto não-verbais, é essencial para uma comunicação eficaz e para o sucesso em avaliações acadêmicas e profissionais. A compreensão serve como a base para identificar e decodificar o conteúdo explícito de um texto, enquanto a interpretação exige uma análise mais profunda, onde o leitor emprega seus conhecimentos prévios e faz inferências subjetivas.

Com a aplicação de estratégias práticas, como o resumo de ideias, a consulta a dicionários, a atenção aos detalhes e a diferenciação entre fatos e opiniões, o leitor pode desenvolver uma leitura mais crítica e eficiente. Além disso, é importante reconhecer a intenção do autor e o tipo de questão que cada texto ou prova apresenta, a fim de adaptar sua abordagem à demanda específica, seja ela de compreensão ou interpretação.

Em última análise, compreender e interpretar textos é um processo contínuo que requer prática constante e atenção aos detalhes, permitindo ao leitor não apenas absorver informações, mas também refletir sobre elas e construir seu próprio entendimento do mundo ao seu redor. Essas competências, bem desenvolvidas, oferecem um diferencial em diversas áreas da vida pessoal e profissional.

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO TEXTUAL

ORGANIZAÇÃO TEXTUAL

A organização textual está relacionada ao emprego dado à linguagem para determinados propósitos comunicativos, como relatar, definir, descrever, comparar, explicar, justificar, argumentar, entre outros. Constitui-se um aspecto crucial na escrita, que requer a estruturação das informações com coerência e lógica, para assegurar a clareza e o entendimento do leitor.

Um texto organizado adequadamente segue, em geral, parágrafos conectados e articulados entre si, além de uma hierarquia lógica que compreende introdução, desenvolvimento e conclusão. No entanto, existem diversos modos de organização textual, sendo que cada qual apropriado a diferentes públicos-alvo e objetivos de escrita diversos. Entre os principais, tem narração, descrição, exposição e argumentação.

Narração: esse modo de organização textual tem o objetivo de relatar uma sequência de fatos ou mesmo de contar uma história. Em geral, é abordado nas prosas literárias, como romances, crônicas e contos, podendo ser também encontrado em reportagens jornalísticas, narrativas de experiências pessoais ou ainda mesmo em certos tipos de redações acadêmicas. A estrutura narrativa normalmente consiste em uma introdução para apresentação dos personagens e do cenário; em seguida, um desenvolvimento para descrever os principais acontecimentos; e, por fim, um desfecho que dá conclusão à narrativa.

Descrição: trata-se de um modo de organização que descreve características físicas, sensoriais ou emocionais de um objeto, pessoa, lugar ou experiência. É amplamente utilizado em textos descritivos, como descrições de paisagens naturais, retratos de personagens ou análises detalhadas de obras de arte. A organi-

zação geralmente segue uma ordem espacial, temporal ou de importância, para garantir uma representação precisa do objeto descrito.

Exposição: esse modo de organização apresenta informações de forma objetiva e informativa, geralmente com o objetivo de explicar conceitos, teorias ou processos. É comumente encontrado em textos didáticos, científicos e técnicos, onde a clareza e a precisão são essenciais. A organização pode seguir uma estrutura sequencial, comparativa, causal ou problemática, dependendo do conteúdo e do propósito do texto.

Argumentação: esse modo de organização defende um ponto de vista ou uma tese, apresentando argumentos, evidências e exemplos para persuadir o leitor. É amplamente utilizado em textos persuasivos, como ensaios, discursos políticos e editoriais de jornais. Sua organização geralmente segue uma estrutura lógica que inclui uma introdução que apresenta a tese, um desenvolvimento que apresenta os argumentos principais e uma conclusão que reforça a posição do autor.

ELEMENTOS ESTRUTURAIS DO TEXTO

Todo texto, independentemente do gênero ou propósito comunicativo, apresenta uma estrutura básica composta por três partes essenciais: introdução, desenvolvimento e conclusão. Essa organização garante a clareza das informações e a progressão lógica das ideias. A seguir, veremos o papel de cada um desses elementos.

Introdução: Apresentação do Tema

A introdução tem a função de contextualizar o leitor e apresentar a ideia central do texto. Ela deve ser objetiva, clara e instigante o suficiente para despertar o interesse.

Elementos comuns na introdução:

- **Apresentação do tema:** Explicitação do assunto que será tratado.
- **Delimitação do foco:** Definição da abordagem específica dentro do tema geral.
- **Tese ou ponto de vista (em textos argumentativos):** Exposição do posicionamento que será defendido.

Exemplo:

No caso de uma dissertação argumentativa sobre os impactos das redes sociais, a introdução pode conter uma breve contextualização sobre o crescimento dessas plataformas e uma tese indicando que elas influenciam tanto positivamente quanto negativamente a comunicação humana.

Desenvolvimento: Explicação e Argumentação

O desenvolvimento é a parte mais extensa do texto, onde as ideias são exploradas com detalhes, evidências e explicações. Aqui, o autor organiza os parágrafos de forma lógica para sustentar o ponto de vista ou apresentar os fatos de maneira clara.

Elementos essenciais no desenvolvimento:

- **Coesão textual:** Uso de conectivos e mecanismos que garantem a ligação entre frases e parágrafos.
- **Progressão das ideias:** As informações devem ser organizadas de forma lógica, evitando repetições ou saltos abruptos.
- **Exemplos e dados:** Em textos argumentativos, o uso de estatísticas, fatos e citações fortalece a credibilidade da argumentação.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

OPERAÇÕES MATEMÁTICAS FUNDAMENTAIS

As operações básicas da matemática são a fundação sobre a qual todo o conhecimento matemático é construído. Elas formam a base dos cálculos e são essenciais para a compreensão de conceitos mais avançados. A seguir, abordaremos as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão, explorando suas definições e propriedades.

ADIÇÃO (+)

A adição é a operação que determina um número para representar a junção de quantidades.

Exemplo: $2 + 3 = 5$

Os números 2 e 3 são chamados de parcelas, e o número 5 é a soma.

Propriedades da Adição:

— **Propriedade Comutativa:** A ordem dos números não altera o resultado.

$$a + b = b + a$$

Exemplo: $1 + 2 = 2 + 1$

— **Propriedade Associativa:** A maneira como os números são agrupados não altera o resultado.

$$(a + b) + c = a + (b + c)$$

Exemplo: $(1 + 2) + 3 = 1 + (2 + 3)$

— **Elemento Neutro:** O zero é o elemento neutro da adição, pois qualquer número somado a zero resulta no próprio número.

$$a + 0 = a = 0 + a$$

Exemplo: $0 + 3 = 3$

— **Fechamento:** A soma de dois números naturais é sempre um número natural.

$$a + b \text{ é um número natural}$$

SUBTRAÇÃO (-)

A subtração é a operação que determina um número para representar a diminuição de quantidades.

Exemplo: $5 - 4 = 1$

Propriedades da Subtração:

— **Propriedade Não Comutativa:** A ordem dos números altera o resultado.

$$a - b \neq b - a$$

Exemplo: $5 - 2 \neq 2 - 5$

— **Propriedade Não Associativa:** A maneira como os números são agrupados altera o resultado.

$$(a - b) - c \neq a - (b - c)$$

Exemplo: $(6 - 4) - 1 \neq 6 - (4 - 1)$

— **Elemento Oposto:** Para cada número a , existe um número $-a$ tal que sua soma seja zero.

$$a + (-a) = 0$$

— **Fechamento:** A diferença de dois números naturais só é possível quando o minuendo é maior ou igual ao subtraendo.

$$a - b \text{ é um número natural se } a \geq b$$

MULTIPLICAÇÃO (×)

A multiplicação é a operação que determina a soma de parcelas iguais. Pode ser indicada por “ $\times$ ”, “ $\cdot$ ” ou “ $*$ ”.

Exemplo: $4 \times 5 = 20$

Propriedades da Multiplicação:

— **Propriedade Comutativa:** A ordem dos fatores não altera o produto.

$$a \times b = b \times a$$

Exemplo: $2 \times 7 = 7 \times 2$

— **Propriedade Associativa:** A maneira como os fatores são agrupados não altera o produto.

$$(a \times b) \times c = a \times (b \times c)$$

Exemplo: $(3 \times 5) \times 2 = 3 \times (5 \times 2)$

— **Elemento Neutro:** O número um é o elemento neutro da multiplicação, pois qualquer número multiplicado por um resulta no próprio número.

$$a \times 1 = a = 1 \times a$$



Exemplo: $1 \times 4 = 4$

— **Elemento Absorvente:** O número zero é o elemento absorvente da multiplicação, pois qualquer número multiplicado por zero resulta em zero.

$$a \times 0 = 0 = 0 \times a$$

— **Distributiva:** A multiplicação é distributiva em relação à adição.

$$a \times (b + c) = (a \times b) + (a \times c)$$

Exemplo: $2 \times (4 + 6) = 2 \times 4 + 2 \times 6$

— **Fechamento:** O produto de dois números naturais é sempre um número natural.

$$a \times b \text{ é um número natural}$$

DIVISÃO (÷)

A divisão é a operação inversa da multiplicação e está ligada à ação de repartir em partes iguais. Pode ser indicada por “÷”, “:” ou “/”.

Exemplo: $8 \div 4 = 2$

Tipos de Divisão:

— **Divisão Exata:** O quociente é um número inteiro, e o resto é zero.

Exemplo: $8 \div 4 = 2$

— **Divisão não-exata:** O quociente não é um número inteiro, e o resto é diferente de zero.

Exemplo: $9 \div 4 = 2$ com resto 1

Propriedades da Divisão:

— **Propriedade Não Comutativa:** A ordem dos números altera o quociente.

$$a \div b \neq b \div a$$

Exemplo: $15 \div 5 \neq 5 \div 15$

— **Propriedade Não Associativa:** A maneira como os números são agrupados altera o quociente.

$$(a \div b) \div c \neq a \div (b \div c)$$

Exemplo: $(12 \div 6) \div 2 \neq 12 \div (6 \div 2)$

— **Elemento Neutro:** O número um é o elemento neutro da divisão, pois qualquer número dividido por um resulta no próprio número.

$$a \div 1 = a$$

Exemplo: $3 \div 1 = 3$

— **Divisão por Zero:** Não é definida, pois não há número que multiplicado por zero resulte em um número diferente de zero.

$$a \div 0 \text{ é indefinido}$$

— **Fechamento:** A divisão de dois números naturais pode não ser um número natural.

$$5 \div 3 \notin \mathbb{N}$$

RAZÃO, PROPORÇÃO

RAZÃO

É uma fração, sendo a e b dois números a sua razão, chama-se razão de a para b: a/b ou $a:b$, assim representados, sendo $b \neq 0$. Temos que:

$$\frac{a}{b} \Rightarrow \frac{\text{antecedente}}{\text{consequente}}$$

Exemplo:

(SEPLAN/GO – PERITO CRIMINAL – FUNIVERSA) Em uma ação policial, foram apreendidos 1 traficante e 150 kg de um produto parecido com maconha. Na análise laboratorial, o perito constatou que o produto apreendido não era maconha pura, isto é, era uma mistura da Cannabis sativa com outras ervas. Interrogado, o traficante revelou que, na produção de 5 kg desse produto, ele usava apenas 2 kg da Cannabis sativa; o restante era composto por várias “outras ervas”. Nesse caso, é correto afirmar que, para fabricar todo o produto apreendido, o traficante usou

(A) 50 kg de Cannabis sativa e 100 kg de outras ervas.
 (B) 55 kg de Cannabis sativa e 95 kg de outras ervas.
 (C) 60 kg de Cannabis sativa e 90 kg de outras ervas.
 (D) 65 kg de Cannabis sativa e 85 kg de outras ervas.
 (E) 70 kg de Cannabis sativa e 80 kg de outras ervas.

Resolução:

O enunciado fornece que a cada 5kg do produto temos que 2kg da Cannabis sativa e os demais outras ervas. Podemos escrever em forma de razão $\frac{2}{5}$, logo:

$$\frac{2}{5} \cdot 150 = 60 \text{ kg de Cannabis sativa}$$

$$\therefore 150 - 60 = 90 \text{ kg de outras ervas}$$

Resposta: C

Razões Especiais

São aquelas que recebem um nome especial. Vejamos algumas:

Velocidade: é razão entre a distância percorrida e o tempo gasto para percorrê-la.

$$v = \frac{\text{Distância}}{\text{Tempo}}$$

Densidade: é a razão entre a massa de um corpo e o seu volume ocupado por esse corpo.

$$d = \frac{\text{Massa}}{\text{Volume}}$$

PROPORÇÃO

É uma igualdade entre duas frações ou duas razões.

$$\frac{a}{b} = \frac{c}{d} \text{ ou } a : b :: c : d$$

Lemos: a esta para b, assim como c está para d.
Ainda temos:



• Propriedades da Proporção

– Propriedade Fundamental: o produto dos meios é igual ao produto dos extremos:

$$a \cdot d = b \cdot c$$

– A soma/diferença dos dois primeiros termos está para o primeiro (ou para o segundo termo), assim como a soma/diferença dos dois últimos está para o terceiro (ou para o quarto termo).

$$\frac{a}{b} = \frac{c}{d} \rightarrow \frac{a+b}{a} = \frac{c+d}{c} \text{ ou } \frac{a+b}{b} = \frac{c+d}{d}$$

$$\frac{a}{b} = \frac{c}{d} \rightarrow \frac{a-b}{a} = \frac{c-d}{c} \text{ ou } \frac{a-b}{b} = \frac{c-d}{d}$$

– A soma/diferença dos antecedentes está para a soma/diferença dos consequentes, assim como cada antecedente está para o seu consequente.

$$\frac{a}{b} = \frac{c}{d} \rightarrow \frac{a+c}{b+d} = \frac{a}{b} \text{ ou } \frac{a+c}{b+d} = \frac{c}{d}$$

$$\frac{a}{b} = \frac{c}{d} \rightarrow \frac{a-c}{b-d} = \frac{a}{b} \text{ ou } \frac{a-c}{b-d} = \frac{c}{d}$$

Exemplo:

(MP/SP – AUXILIAR DE PROMOTORIA I – ADMINISTRATIVO – VUNESP) A medida do comprimento de um salão retangular está para a medida de sua largura assim como 4 está para 3. No piso desse salão, foram colocados somente ladrilhos quadrados inteiros, revestindo-o totalmente. Se cada fileira de ladrilhos, no sentido do comprimento do piso, recebeu 28 ladrilhos, então o número mínimo de ladrilhos necessários para revestir totalmente esse piso foi igual a

- (A) 588.
- (B) 350.
- (C) 454.
- (D) 476.
- (E) 382.

Resolução:

$$\frac{C}{L} = \frac{4}{3}, \text{ que fica } 4L = 3C$$

Fazendo C = 28 e substituindo na proporção, temos:

$$\frac{28}{L} = \frac{4}{3}$$

$$4L = 28 \cdot 3$$

$$L = 84 / 4$$

$$L = 21 \text{ ladrilhos}$$

Assim, o total de ladrilhos foi de $28 \cdot 21 = 588$

Resposta: A

GRANDEZAS PROPORCIONAIS

Quando duas grandezas estão relacionadas de forma que a variação de uma provoca variação proporcional na outra, dizemos que são grandezas proporcionais.

– **Grandezas diretamente proporcionais:** aumentam ou diminuem na mesma razão.

Exemplo: se dobramos a quantidade de um produto, seu custo também dobra (mantido o preço unitário).

– **Grandezas inversamente proporcionais:** quando uma aumenta, a outra diminui na mesma razão.

Exemplo: se aumentamos o número de operários, o tempo necessário para concluir uma obra diminui proporcionalmente.

Essas relações também podem ser representadas por razões e resolvidas por meio de proporções.

REGRA DE TRÊS

REGRA DE TRÊS SIMPLES

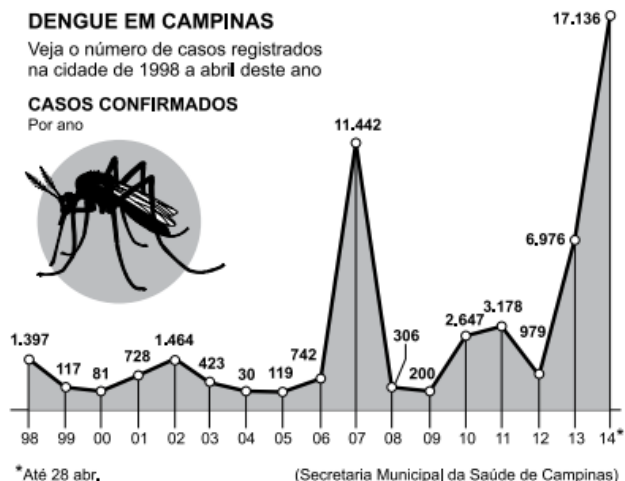
Os problemas que envolvem duas grandezas diretamente ou inversamente proporcionais podem ser resolvidos através de um processo prático, chamado REGRA DE TRÊS SIMPLES.

• Duas grandezas são DIRETAMENTE PROPORCIONAIS quando ao aumentarmos/diminuirmos uma a outra também aumenta/diminui.

• Duas grandezas são INVERSAMENTE PROPORCIONAIS quando ao aumentarmos uma a outra diminui e vice-versa.

Exemplos:

(PM/SP – OFICIAL ADMINISTRATIVO – VUNESP) Em 3 de maio de 2014, o jornal Folha de S. Paulo publicou a seguinte informação sobre o número de casos de dengue na cidade de Campinas.



De acordo com essas informações, o número de casos registrados na cidade de Campinas, até 28 de abril de 2014, teve um aumento em relação ao número de casos registrados em 2007, aproximadamente, de

- (A) 70%.
- (B) 65%.
- (C) 60%.
- (D) 55%.
- (E) 50%.

Resolução:

Utilizaremos uma regra de três simples:

ano		%
11442		100
17136		x

$$11442 \cdot x = 17136 \cdot 100$$

$$x = 1713600 / 11442 = 149,8\% \text{ (aproximado)}$$

$$149,8\% - 100\% = 49,8\%$$

Aproximando o valor, teremos 50%

Resposta: E

(PRODAM/AM – AUXILIAR DE MOTORISTA – FUNCAB)

Numa transportadora, 15 caminhões de mesma capacidade transportam toda a carga de um galpão em quatro horas. Se três deles quebrassem, em quanto tempo os outros caminhões fariam o mesmo trabalho?

- (A) 3 h 12 min
- (B) 5 h
- (C) 5 h 30 min
- (D) 6 h
- (E) 6 h 15 min

Resolução:

Vamos utilizar uma Regra de Três Simples Inversa, pois, quanto menos caminhões tivermos, mais horas demorará para transportar a carga:

caminhões		horas
15		4
(15 – 3)		x

$$12 \cdot x = 4 \cdot 15$$

$$x = 60 / 12$$

$$x = 5 \text{ h}$$

Resposta: B

REGRA DE TRÊS COMPOSTA

Chamamos de REGRA DE TRÊS COMPOSTA, problemas que envolvem mais de duas grandezas, diretamente ou inversamente proporcionais.

Exemplos:

(CÂMARA DE SÃO PAULO/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FCC) O trabalho de varrição de 6.000 m² de calçada é feita em um dia de trabalho por 18 varredores trabalhando 5 horas por dia. Mantendo-se as mesmas proporções, 15 varredores varrerão 7.500 m² de calçadas, em um dia, trabalhando por dia, o tempo de

- (A) 8 horas e 15 minutos.
- (B) 9 horas.
- (C) 7 horas e 45 minutos.
- (D) 7 horas e 30 minutos.
- (E) 5 horas e 30 minutos.

Resolução:

Comparando-se cada grandeza com aquela onde está o x.

M ² ↑	varredores ↓	horas ↑
6000	18	5
7500	15	x

Quanto mais a área, mais horas (diretamente proporcionais)

Quanto menos trabalhadores, mais horas (inversamente proporcionais)

NOÇÕES DE ÉTICA E CIDADANIA

FUNDAMENTOS DE ÉTICA INSTITUCIONAL

— Introdução

A ética nas organizações tornou-se um tema central no cenário empresarial contemporâneo. Com a crescente demanda por transparência, responsabilidade social e integridade, as empresas são cada vez mais pressionadas a adotar práticas éticas em todas as suas operações.

A ética não apenas fortalece a imagem de uma organização perante seus stakeholders, mas também contribui para a construção de um ambiente de trabalho saudável e produtivo, essencial para a sustentabilidade dos negócios a longo prazo.

Nesta discussão, abordaremos os principais conceitos que fundamentam a ética nas organizações, destacando sua importância e os benefícios que traz para o ambiente corporativo. Além disso, exploraremos os desafios que as empresas enfrentam ao tentar implementar práticas éticas e as estratégias eficazes para promover uma cultura organizacional baseada em valores éticos sólidos.

— Conceitos de Ética nas Organizações

A ética nas organizações refere-se ao conjunto de princípios, valores e normas que orientam o comportamento dos indivíduos e das instituições no contexto empresarial. Esses princípios éticos são fundamentais para a tomada de decisões e para a condução das atividades empresariais de maneira justa, transparente e responsável. Abaixo, destacamos alguns dos principais conceitos relacionados à ética nas organizações:

- **Integridade:** A integridade é a base da ética organizacional. Refere-se à consistência entre os valores declarados e as ações praticadas pela organização e seus membros. Agir com integridade significa manter um comportamento honesto e coerente, independentemente das circunstâncias.

- **Transparência:** Transparência envolve a comunicação clara, precisa e acessível das informações relevantes para todas as partes interessadas. Isso inclui a divulgação de práticas, políticas, decisões e resultados da organização, de maneira que permita a compreensão e a confiança dos stakeholders.

- **Responsabilidade Social:** A responsabilidade social corporativa (RSC) é o compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da sociedade. Envolve ações que vão além das obrigações legais, buscando contribuir positivamente para o meio ambiente, a comunidade e a economia.

- **Justiça:** Justiça implica em tratar todas as partes interessadas de maneira equitativa e imparcial. Nas organizações, isso se reflete na equidade salarial, oportunidades de crescimento, e na resolução de conflitos de forma justa e ética.

- **Respeito:** Respeitar todas as pessoas, independentemente de sua posição, origem, gênero, religião ou qualquer outra característica, é essencial para um ambiente de trabalho ético. Isso inclui ouvir ativamente, considerar diferentes perspectivas e valorizar a dignidade de cada indivíduo.

Além desses conceitos, é importante mencionar a *accountability*, ou prestação de contas, que se refere à responsabilidade de responder pelas ações e decisões tomadas, e a ética de compliance, que envolve a adesão às leis e regulamentos aplicáveis, além das normas internas da organização.

Exemplos Práticos

Para ilustrar esses conceitos, vamos considerar alguns exemplos práticos:

- **Integridade:** Uma empresa de consultoria financeira que aconselha seus clientes a tomar decisões de investimento alinhadas com seus melhores interesses, mesmo que isso signifique menores comissões para a empresa, está praticando a integridade.

- **Transparência:** Uma organização que publica relatórios anuais detalhados sobre seu desempenho financeiro, práticas ambientais e impacto social, demonstrando abertura e clareza, está exemplificando a transparência.

- **Responsabilidade Social:** Uma fabricante de produtos eletrônicos que implementa programas de reciclagem para seus produtos e adota práticas de fabricação sustentáveis está assumindo a responsabilidade social.

- **Justiça:** Uma empresa que garante igualdade de oportunidades de promoção para todos os funcionários, independentemente de sua origem, está praticando a justiça.

- **Respeito:** Uma corporação que promove políticas contra o assédio e discriminação, e que incentiva um ambiente de trabalho inclusivo e diversificado, está demonstrando respeito.

Os conceitos de ética nas organizações são fundamentais para guiar o comportamento empresarial de maneira que promova a confiança, a transparência e a responsabilidade. A adoção desses princípios não só melhora a reputação da empresa, mas também contribui para um ambiente de trabalho mais harmonioso e produtivo. Ao entender e aplicar esses conceitos, as organizações podem criar uma base sólida para a sustentabilidade e o sucesso a longo prazo.

— Importância da Ética no Ambiente Corporativo

A ética no ambiente corporativo é um pilar fundamental para o funcionamento saudável e sustentável das organizações. Empresas que adotam práticas éticas não apenas constroem uma imagem positiva no mercado, mas também colhem diversos benefícios internos e externos. A seguir, exploramos a importância da ética no ambiente corporativo sob diferentes perspectivas:

Reputação e Credibilidade

A ética é um dos principais fatores que contribuem para a reputação de uma organização. Empresas que atuam de maneira ética ganham a confiança de consumidores, investidores e parceiros de negócios. Uma boa reputação construída com base em práticas éticas pode ser um diferencial competitivo significativo, atraindo clientes fiéis e investidores que valorizam a responsabilidade e a integridade.

Clima Organizacional

Práticas éticas promovem um clima organizacional positivo, caracterizado por confiança, respeito e colaboração. Quando os colaboradores percebem que a empresa valoriza a ética, eles se sentem mais motivados e comprometidos com os objetivos organizacionais. Isso se traduz em maior satisfação no trabalho, aumento da produtividade e redução do turnover.

Redução de Riscos

A ética corporativa ajuda a mitigar riscos associados a comportamentos inadequados, como fraudes, corrupção e outras práticas ilícitas. Empresas que estabelecem políticas claras de ética e compliance conseguem detectar e prevenir irregularidades mais facilmente, evitando danos financeiros e à reputação. Além disso, a conformidade com leis e regulamentos é fundamental para evitar penalidades legais e litígios.

Fidelização de Clientes

Os consumidores estão cada vez mais conscientes e exigentes em relação às práticas éticas das empresas. Clientes preferem consumir produtos e serviços de organizações que demonstram responsabilidade social e ambiental. A fidelização de clientes é maior quando eles confiam que a empresa opera de maneira justa e transparente.

Atratividade para Talentos

Empresas com forte compromisso ético atraem e retêm talentos de alta qualidade. Profissionais qualificados buscam organizações que compartilham seus valores e oferecem um ambiente de trabalho onde a ética é valorizada. Isso é particularmente importante em mercados competitivos, onde a capacidade de atrair e reter talentos pode ser um diferencial estratégico.

Sustentabilidade a Longo Prazo

A sustentabilidade dos negócios está intrinsecamente ligada à ética corporativa. Empresas que adotam práticas responsáveis em relação ao meio ambiente e à sociedade garantem sua viabilidade a longo prazo. A ética contribui para a construção de relações duradouras com stakeholders e para a criação de valor sustentável.

Casos de Sucesso

Para ilustrar a importância da ética no ambiente corporativo, podemos citar alguns casos de sucesso de empresas reconhecidas por suas práticas éticas:

- **Patagonia:** Esta empresa de vestuário é conhecida por suas práticas de responsabilidade ambiental e social. A Patagonia não apenas adota materiais sustentáveis em seus produtos, mas também promove campanhas de conscientização sobre o meio ambiente. Sua reputação ética atrai clientes e fortalece seu posicionamento no mercado.

- **Ben & Jerry's:** A fabricante de sorvetes é famosa por seu compromisso com a justiça social e econômica. A empresa promove a sustentabilidade, a igualdade e a transparência em todas as suas operações. Ben & Jerry's conquista a lealdade dos consumidores por meio de suas práticas éticas e de sua postura ativa em questões sociais.

- **Natura:** A gigante brasileira de cosméticos é um exemplo de ética e responsabilidade social. Natura investe em sustentabilidade, utiliza ingredientes naturais e promove o comércio justo. Sua atuação ética contribuiu para seu crescimento e reconhecimento global.

A ética no ambiente corporativo é um componente essencial para o sucesso e a sustentabilidade das organizações. A adoção de práticas éticas fortalece a reputação da empresa, melhora o clima organizacional, reduz riscos e atrai clientes e talentos.

Além disso, contribui para a sustentabilidade a longo prazo, garantindo que a empresa opere de maneira responsável e respeitosa em relação ao meio ambiente e à sociedade.

Empresas que valorizam a ética estão melhor posicionadas para enfrentar os desafios do mercado e prosperar em um cenário cada vez mais competitivo e consciente.

— Desafios na Implementação de Práticas Éticas

Implementar práticas éticas nas organizações é essencial, mas não está isento de desafios. Empresas de todos os setores enfrentam dificuldades para integrar os princípios éticos em suas operações diárias, devido a uma série de fatores internos e externos. A seguir, analisamos alguns dos principais desafios na implementação de práticas éticas no ambiente corporativo:

Conflitos de Interesse

Os conflitos de interesse representam um dos maiores desafios éticos nas organizações. Esses conflitos ocorrem quando os interesses pessoais dos colaboradores ou gestores entram em desacordo com os interesses da empresa.

Exemplos incluem o uso de informações privilegiadas para ganho pessoal, favorecimento de amigos ou familiares em processos de contratação, e decisões que beneficiam um departamento em detrimento de outro. Superar esses conflitos exige políticas claras e mecanismos de controle rigorosos.

Pressão por Resultados

A pressão por resultados imediatos e o foco em metas de curto prazo podem levar à adoção de práticas antiéticas. Em um ambiente altamente competitivo, os colaboradores podem sentir-se incentivados a atingir metas a qualquer custo, o que pode resultar em fraudes, manipulação de dados ou omissão de informações relevantes. As organizações precisam equilibrar a busca por desempenho com a manutenção de altos padrões éticos.

Cultura Organizacional

A cultura organizacional existente pode representar um obstáculo significativo para a implementação de práticas éticas. Em empresas onde práticas antiéticas são toleradas ou onde há uma cultura de "resultados a qualquer custo", mudanças podem encontrar resistência. Transformar uma cultura organizacional requer um compromisso forte e contínuo da liderança, além de um esforço concertado para promover e reforçar novos valores e comportamentos.

Falta de Conhecimento e Capacitação

A ausência de conhecimento adequado sobre ética e suas implicações pode dificultar a implementação de práticas éticas. Muitos colaboradores podem não estar cientes dos padrões éticos esperados ou das consequências de comportamentos antiéticos. Investir em programas de treinamento e capacitação contínuos é essencial para garantir que todos compreendam e valorizem a importância da ética no ambiente de trabalho.

Dilemas Éticos Complexos

Os dilemas éticos complexos, onde não há uma resposta clara ou onde as decisões envolvem trade-offs difíceis, representam um desafio significativo. Por exemplo, decisões que afetam a sustentabilidade ambiental versus a lucratividade imediata da empresa podem ser particularmente difíceis. Nesses casos, é crucial ter um processo de tomada de decisão ético bem definido, que considere todos os stakeholders e busque o equilíbrio entre diferentes interesses.

Falta de Liderança Ética

A liderança desempenha um papel crucial na promoção de práticas éticas. Quando os líderes não dão o exemplo ou não demonstram um compromisso claro com a ética, torna-se difícil para a organização como um todo adotar esses valores. A falta de liderança ética pode resultar em um ambiente onde as práticas antiéticas proliferam sem controle.

Estratégias para Superar os Desafios

Para enfrentar esses desafios, as organizações podem adotar várias estratégias eficazes:

- **Desenvolver um Código de Ética:** Criar um código de ética claro e abrangente que estabeleça os padrões esperados de comportamento e forneça orientações para a tomada de decisões éticas.
- **Oferecer Treinamento e Capacitação:** Implementar programas de treinamento contínuos para educar os colaboradores sobre ética, compliance e a importância de seguir os princípios éticos.
- **Promover a Liderança Ética:** Assegurar que os líderes da organização sejam exemplos de comportamento ético e estejam comprometidos com a promoção de uma cultura ética.
- **Estabelecer Mecanismos de Reporte e Proteção:** Criar canais de comunicação seguros e confidenciais para que os colaboradores possam relatar comportamentos antiéticos sem medo de retaliação.
- **Integrar a Ética nos Processos de Avaliação:** Incluir a ética como um critério nos processos de avaliação de desempenho e nas políticas de recompensa, incentivando comportamentos éticos.

A implementação de práticas éticas nas organizações enfrenta vários desafios, desde conflitos de interesse e pressão por resultados até a transformação da cultura organizacional e a necessidade de liderança ética.

Superar esses obstáculos requer um compromisso firme e contínuo com a ética, bem como a adoção de estratégias eficazes para promover um ambiente de trabalho onde os valores éticos sejam respeitados e valorizados.

Ao enfrentar esses desafios, as empresas não apenas garantem a conformidade e evitam riscos, mas também constroem uma base sólida para o sucesso sustentável e a confiança dos stakeholders.

— Estratégias para Promover uma Cultura Organizacional Ética

Promover uma cultura organizacional ética é um desafio complexo que exige um compromisso contínuo e estratégico de toda a organização. A criação de um ambiente onde a ética é valorizada e praticada diariamente envolve uma série de ações coordenadas que englobam desde a definição de valores e princípios até a implementação de políticas e práticas específicas.

A seguir, apresentamos algumas estratégias eficazes para promover uma cultura organizacional ética:

Desenvolvimento de um Código de Ética

O código de ética é um documento fundamental que estabelece os valores, princípios e padrões de comportamento esperados de todos os membros da organização. Ele deve ser claro, abrangente e acessível a todos os colaboradores. O código de ética deve:

- Definir os princípios éticos que orientam a empresa.
- Especificar comportamentos aceitáveis e inaceitáveis.
- Proporcionar diretrizes para a tomada de decisões éticas.
- Incluir procedimentos para relatar violações éticas.

Treinamento e Educação Contínuos

A educação contínua sobre ética é crucial para assegurar que todos os colaboradores compreendam a importância da ética e saibam como aplicar os princípios éticos no seu trabalho diário. Programas de treinamento devem ser oferecidos regularmente e podem incluir:

- Workshops e seminários sobre ética e compliance.
- Sessões de treinamento específicas para novos funcionários.
- Cursos online e módulos de e-learning sobre dilemas éticos.
- Discussões de casos práticos e simulações de situações éticas.

Liderança pelo Exemplo

Os líderes têm um papel crucial na promoção de uma cultura ética. Eles devem ser modelos de comportamento ético e demonstrar um compromisso claro com os valores da organização. Líderes eficazes:

- Comunicam regularmente a importância da ética.
- Tomam decisões transparentes e justas.
- Mostram-se acessíveis para discutir questões éticas.
- Reconhecem e recompensam comportamentos éticos.

Estabelecimento de Canais de Comunicação

Criar canais de comunicação seguros e confidenciais é essencial para que os colaboradores possam relatar comportamentos antiéticos sem medo de retaliação. Esses canais podem incluir:

- Linhas diretas de ética (hotlines).
- Caixas de sugestões anônimas.
- Plataformas digitais para denúncias confidenciais.
- Políticas claras de proteção para denunciante.

Monitoramento e Avaliação Contínuos

Implementar sistemas de monitoramento e avaliação é fundamental para garantir que as práticas éticas sejam seguidas. Isso pode envolver:

- Auditorias internas e externas regulares.
- Revisão periódica das políticas de ética.
- Monitoramento de indicadores de conformidade e comportamento ético.
- Avaliação dos processos de tomada de decisão.

Integração da Ética nos Processos de Gestão

Integrar a ética nos processos de gestão ajuda a garantir que os princípios éticos sejam incorporados em todas as operações da empresa. Isso pode incluir:

- Incluir a ética como critério nos processos de recrutamento e seleção.
- Incorporar avaliações de desempenho que considerem o comportamento ético.
- Desenvolver políticas de recompensa e reconhecimento para ações éticas.
- Assegurar que as práticas de negócios estejam alinhadas com os valores éticos.

Fomento à Responsabilidade Social

Promover a responsabilidade social corporativa (RSC) é uma maneira eficaz de reforçar a ética organizacional. As ações de RSC podem abranger:

- Projetos de sustentabilidade ambiental.
- Iniciativas comunitárias e de voluntariado.
- Parcerias com organizações sociais.
- Transparência nas práticas de negócios.

Cultura de Feedback e Melhoria Contínua

Criar uma cultura de feedback e melhoria contínua é crucial para adaptar e aprimorar as práticas éticas. Isso pode ser feito através de:

- Pesquisas de clima organizacional focadas em ética.
- Feedback regular dos colaboradores sobre as políticas e práticas éticas.
- Sessões de brainstorming para identificar áreas de melhoria.
- Implementação de sugestões e ações corretivas com base no feedback recebido.

Promover uma cultura organizacional ética é um processo contínuo que requer a dedicação e o envolvimento de todos os membros da empresa.

Com um código de ética bem definido, treinamento contínuo, liderança exemplar, canais de comunicação abertos, monitoramento constante e integração da ética nos processos de gestão, as organizações podem criar um ambiente onde os valores éticos são praticados e valorizados diariamente.

Ao adotar essas estratégias, as empresas não apenas fortalecem sua reputação e reduzem riscos, mas também constroem uma base sólida para o sucesso sustentável e a confiança dos stakeholders.

— Conclusão

A ética nas organizações é um componente essencial para a sustentabilidade e o sucesso a longo prazo. As práticas éticas fortalecem a reputação da empresa, promovem um clima organizacional positivo, atraem e retêm talentos, fidelizam clientes e ajudam a mitigar riscos associados a comportamentos inadequados. No entanto, a implementação de práticas éticas enfrenta vários desafios, incluindo conflitos de interesse, pressão por resultados, resistência cultural, falta de conhecimento e liderança ética.

Superar esses desafios requer um compromisso firme e contínuo com a ética em todos os níveis da organização. Estratégias eficazes para promover uma cultura organizacional ética incluem o desenvolvimento de um código de ética claro e acessível, a oferta de treinamento e educação contínuos, a liderança pelo exemplo, o estabelecimento de canais de comunicação seguros e confidenciais, o monitoramento e avaliação contínuos, a integração da ética nos processos de gestão, o fomento à responsabilidade social e a criação de uma cultura de feedback e melhoria contínua.

Ao adotar essas estratégias, as empresas não apenas garantem conformidade e evitam penalidades legais, mas também constroem um ambiente de trabalho onde a confiança, o respeito e a integridade são valorizados. Isso, por sua vez, resulta em maior satisfação dos colaboradores, melhor desempenho organizacional e maior lealdade dos clientes.

Em um mercado cada vez mais consciente e exigente, as empresas que demonstram um compromisso genuíno com a ética estão melhor posicionadas para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades. A ética, portanto, não é apenas uma questão de conformidade, mas um diferencial competitivo e uma base sólida para a construção de um futuro sustentável e próspero.

RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL E CONDUTA ÉTICA

A ética profissional e a ética da responsabilidade são dois conceitos muito complexos, ambos têm um impacto significativo no desenvolvimento do conceito de cidadania. Vamos analisar cada um desses conceitos e como eles se relacionam com a cidadania:

Moralidade para o trabalho

“Ética profissional” é um termo que se refere ao conjunto de valores e princípios que moldam como as pessoas se comportam em sua vida profissional. Isso vale para todas as profissões, como médicos, advogados, engenheiros, professores e muitos outros. Os princípios morais que um profissional deve seguir incluem:

– **Deveres e Responsabilidades:** profissionais são obrigados moralmente a cumprir suas obrigações com clientes, pacientes, alunos ou empregadores. A prestação de serviços de alta qualidade e a tomada de decisões baseadas no melhor interesse dos envolvidos estão entre essas coisas.

– **Integridade e Honestidade:** em todas as interações, os profissionais devem agir com integridade e honestidade. É necessário evitar conflitos de interesse, manter a confidencialidade e fornecer informações precisas para isso.

– **Competência:** é dever ético dos profissionais manter e melhorar suas habilidades e conhecimentos para fornecer serviços de alta qualidade.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Popular”, é um documento histórico que marca o retorno do Brasil à democracia após uma era sombria de ditadura militar.

O resultado de intenso debate e reflexão não apenas lançou as bases para uma organização nacional, mas também promoveu os direitos individuais e coletivos do povo brasileiro. Os seus princípios fundamentais baseiam-se na prioridade da dignidade humana, que não só informa, mas também molda toda a estrutura normativa do Estado.

— Contextualização Histórica: Compreendendo a Constituição de 1988

A promulgação da Constituição de 1988 não é apenas um momento significativo na história do Brasil, mas também um símbolo de superação da idade das trevas do autoritarismo e da afirmação dos princípios democráticos.

Depois de mais de duas décadas de um regime militar repressivo que suprimiu as liberdades individuais e coletivas, a promulgação da nova Constituição marca a concretização das aspirações de liberdade, justiça e igualdade que permearam a luta pela redemocratização do país.

A década de 1980 foi marcada por intensos movimentos de resistência civil e política, que culminaram na mobilização social e na ampla expressão política na Assembleia Constituinte. O processo democrático de elaboração desta Constituição contou com a participação ativa de representantes de vários sectores da sociedade, incluindo partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais e sociedade civil.

Neste contexto, a promulgação da Constituição de 1988 não significa apenas o fim do sistema autoritário, mas também o surgimento de uma nova ordem democrática baseada na soberania popular, na distribuição do poder, na garantia dos direitos individuais e de grupo e na proteção do povo.

Portanto, é mais do que um documento legal, simboliza a resiliência do povo brasileiro diante das adversidades e sua capacidade de construir um futuro baseado nos princípios de liberdade, igualdade e unidade.

A Constituição de 1988 emergiu assim como um farol de esperança para uma nação que tentava reconstruir-se numa base mais justa, mais inclusiva e democrática. Representa um compromisso com uma nação onde os direitos humanos são respeitados, a diversidade é valorizada e a justiça é fornecida a todos os cidadãos. Portanto, este é um acontecimento importante na história brasileira que deve ser lembrado e celebrado como tendo alcançado uma sociedade mais livre, igualitária e fraterna.

— Prioridade à Dignidade Humana na Constituição de 1988: bases e consequências

A dignidade humana é mais do que um princípio abstrato da Constituição de 1988. Este é o alicerce sobre o qual se constrói toda a estrutura normativa da Carta Magna. Esta ideia central, derivada da filosofia do direito e dos valores humanos, reconhece que cada indivíduo possui valores únicos, indivisíveis e invioláveis que não podem ser rejeitados ou rejeitados devido às suas características pessoais, sociais, econômicas ou políticas.

No contexto da Constituição brasileira, o princípio da dignidade humana está claramente incluído no artigo 1º, inciso 3º da Constituição, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Este reconhecimento oficial não só confere à dignidade humana um status constitucional, mas também obriga o Estado brasileiro a proteger e promover a dignidade humana em todas as suas atividades e políticas públicas.

A Constituição de 1988 reconheceu a dignidade humana como um princípio básico e estabeleceu uma nova ordem de valores em que os direitos e interesses individuais são igualmente protegidos e respeitados.

Esta abordagem tem em conta não só a garantia dos direitos fundamentais como o direito à vida, à liberdade, à igualdade e à dignidade, mas também a criação de condições sociais, econômicas e culturais que garantam o pleno desenvolvimento humano de cada indivíduo. Além disso, a dignidade humana atua como um fator limitante do poder do Estado, restringindo as ações do Estado quando o Estado infringe ou é susceptível de infringir os direitos e interesses básicos dos cidadãos.

Neste sentido, serve como princípio orientador na interpretação e aplicação da lei, orientando os juizes e outras instituições do Estado na procura de soluções que respeitem e promovam a dignidade de todos os envolvidos.

Portanto, o reconhecimento da dignidade humana como prioridade máxima na Constituição de 1988 não é uma mera formalidade legal, mas uma confirmação dos valores básicos que determinam a convivência social. Isto é uma garantia de que num Estado democrático governado pelo Estado de direito, nenhum indivíduo será tratado como um mero objeto ou meio para atingir objetivos políticos ou econômicos, mas sim como um sujeito de direitos e dignidade inalienáveis.

— Direitos e garantias fundamentais: pilares da dignidade humana

A dignidade humana não é simplesmente um princípio abstrato, mas uma expressão concreta da dignidade interior de cada indivíduo, bem como uma concessão do Estado como fundamento sobre o qual se baseiam os direitos e garantias fundamentais estipulados na Constituição de 1988. Deve ser protegida e promovida em todas as esferas da vida social, política e económica.

Os direitos humanos abrangem vários aspectos da vida humana, desde os direitos civis e políticos até aos direitos sociais, econômicos e culturais. Esses direitos incluem os direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à saúde, à educação, ao emprego, à habitação, à alimentação, à cultura, à recreação, à convivência familiar e comunitária.

Cada um destes direitos desempenha um papel importante na promoção da dignidade humana e na realização do pleno potencial de cada pessoa na sociedade. Por exemplo, o direito à vida garante a existência física e a integridade de cada pessoa, enquanto o direito à liberdade garante a autonomia e a capacidade de determinar o próprio destino. A igualdade de direitos visa eliminar as diferenças e a discriminação que podem afetar a dignidade e o bem-estar das pessoas.

Além disso, é importante enfatizar que os direitos e garantias fundamentais não são absolutos e podem ser limitados em determinadas circunstâncias. No entanto, estas limitações são proporcionais e necessárias para proteger outros direitos ou interesses legais. No entanto, as restrições devem ser sempre interpretadas e aplicadas de acordo com os princípios da dignidade humana e da proporcionalidade.

Portanto, os direitos e garantias fundamentais estipulados na Constituição de 1988 não são simplesmente normas jurídicas, mas uma expressão concreta dos valores mais elevados da sociedade brasileira. Reflete o compromisso do Estado e da sociedade em garantir que todos os indivíduos sejam tratados com respeito, igualdade e dignidade, independentemente das suas circunstâncias sociais, econômicas, políticas ou culturais.

— Mecanismos de proteção: garantem a efetividade dos direitos fundamentais

A Constituição de 1988 não só reconhece os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, mas também estabelece uma série de salvaguardas destinadas a garantir a sua eficiência e proteção. Estes instrumentos jurídicos desempenham um papel importante na proteção dos direitos individuais e de grupo, na garantia do Estado de direito e na limitação do poder do Estado.

Um dos mecanismos de proteção mais conhecidos e importantes é o *habeas corpus*. Garante a liberdade de circulação e protege os cidadãos contra detenções arbitrárias ou ilegais. O *habeas corpus* pode ser utilizado sempre que uma pessoa sofra, ou seja, ameaçada de violência ou coação no que diz respeito à liberdade de circulação, seja por ilegalidade, abuso de poder ou por qualquer outro motivo.

Além da proteção do *habeas corpus*, a Constituição também prevê o mandado de segurança, cujo objetivo é proteger direitos claros e específicos contra atos ilícitos ou abusivos de autoridades públicas ou particulares. Esta ferramenta é utilizada nos casos em que não existem medidas legais específicas para proteger direitos ameaçados ou violados.

Outro mecanismo importante é a liminar, que visa corrigir omissões legislativas que impossibilitem o exercício dos direitos e liberdades constitucionais. Isso permite que as partes interessadas entrem com uma ação no sistema judicial para determinar qual agência é responsável pela emissão dos regulamentos ausentes.

A Constituição também prevê o *habeas data*, que garante o acesso às informações relativas à pessoa do peticionário nos registros ou bases de dados de órgãos estaduais ou públicos. O objetivo deste mecanismo é garantir a transparência e proteger a privacidade e a privacidade dos cidadãos.

Finalmente, o direito de petição é uma ferramenta fundamental que permite aos cidadãos apresentar pedidos, reclamações ou reclamações às autoridades públicas, garantindo-lhes o direito de receber uma resposta ou ação sobre as suas reivindicações.

Embora estes mecanismos de proteção tenham finalidades e utilizações diferentes, os seus objetivos são os mesmos: respeitar os direitos fundamentais e resolver prontamente as violações. É, portanto, um instrumento importante para proteger os direitos dos cidadãos e salvaguardar o Estado democrático de direito.

— Promoção de políticas públicas: garantia da efetividade dos direitos sociais

Além de garantir os direitos básicos, o Estado tem a obrigação de agir proativamente, promovendo políticas nacionais que garantam um bom ambiente de vida para todos os cidadãos. Esta dimensão da ação nacional não se limita à redução das violações de direitos, mas também procura programar os princípios da igualdade e da justiça social, ao mesmo tempo em que combate as desigualdades estruturais prevalentes na sociedade.

Promover políticas nacionais destinadas a garantir os direitos sociais significa desenvolver programas e planos para reduzir as diferenças sociais e econômicas, promover a coesão social e melhorar as condições de vida dos grupos mais vulneráveis. Isto significa adotar medidas para garantir o acesso universal e igualitário a serviços essenciais como saúde, educação, habitação e emprego.

Por exemplo, no sector da saúde, as políticas de saúde pública devem não só garantir o acesso universal e igualitário a serviços de saúde de qualidade, mas também promover atividades de prevenção e promoção da saúde para reduzir as desigualdades na saúde e garantir o bem-estar geral da população.

As políticas nacionais de educação devem também garantir o acesso e a igualdade de oportunidades ao ensino básico e superior, bem como promover a qualidade e a igualdade na educação para garantir que todos os cidadãos, independentemente do estatuto socioeconómico, tenham acesso a uma educação de qualidade.

No que diz respeito à habitação, as políticas nacionais de habitação devem garantir o acesso a uma habitação boa e adequada a todos os cidadãos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, e promover o direito à habitação como um direito fundamental. Devemos também implementar políticas de emprego e rendimento para promover o pleno emprego, a geração de rendimentos e a integração produtiva para garantir que todos os cidadãos tenham acesso a um trabalho digno e remunerado.

Em suma, a promoção de políticas públicas que visem garantir os direitos sociais é essencial para a criação de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária. Estas políticas não só promovem a concretização dos direitos fundamentais, mas também fortalecem os valores democráticos e humanos que definem a convivência social.

Portanto, é importante que o Estado atue de forma proativa e eficaz na implementação desta política para proporcionar a todos os cidadãos as condições necessárias para desfrutarem de uma vida digna e satisfatória.

Simplificando, a primazia da dignidade humana combinada com os direitos e garantias fundamentais estipulados na Constituição de 1988 é a base do Estado democrático de direito do Brasil. Estes princípios determinam não só o comportamento das instituições estatais, mas também o comportamento da sociedade como um todo na busca de uma convivência mais justa, equitativa e solidária.

Este texto traz uma explicação mais ampla do tema, contextualizando o significado histórico da Constituição de 1988, detalhando seus princípios e direitos fundamentais e destacando as políticas públicas essenciais para sua implementação.

PRINCÍPIOS DOS DIREITOS HUMANOS NA SOCIOEDUCAÇÃO

► **Educação em direitos humanos** [Mazzuoli, Valerio de O. *Curso de Direitos Humanos*. (9th edição). Grupo GEN, 2021.]

A consolidação da cidadania no Estado, em sua forma plena, deve ser o fator principal da criação de uma “cultura em direitos humanos”. A Declaração Universal de 1948, a esse propósito, deixa bem claro que a educação dos cidadãos deve ser “orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento e do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais”, complementando que a “instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz” (Artigo XXVI, 2.ª alínea).

Foi seguindo essa trilha traçada pela Declaração Universal que a Constituição brasileira de 1988 estatuiu, no art. 205, que a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada, com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Nesse sentido, a propósito, está a lição de João Baptista Herkenhoff:

“Ao estabelecer que a educação seja direito de todos, a Constituição está dizendo que ninguém pode ser excluído dela, ninguém pode ficar fora da escola e ao desabrigo das demais instituições e instrumentos que devem promover a educação do povo. (...) Ao dizer que a educação é dever do Estado, a Constituição estabelece que o governo tem a obrigação de manter as escolas públicas.

A Constituição manda que o ensino público seja de boa qualidade e que os professores e outros profissionais do ensino sejam valorizados. (...) A Constituição diz que a educação é também dever da família. Isto porque, como já ficou sugerido no parágrafo anterior, não é apenas a escola que educa. Também os pais educam, os irmãos se educam uns aos outros, o ambiente familiar deve favorecer o processo de crescimento e educação das pessoas”

Pode-se dizer que a Constituição Federal de 1988, ao conjugar num só todos os “direitos humanos”, a “cidadania” e a “educação”, pretendeu deixar claro que não há direitos humanos sem a consolidação plena da cidadania, e que não há cidadania sem

uma adequada educação para o seu exercício. Assim, à luz do texto constitucional brasileiro, somente com a interação desses três fatores – direitos humanos, cidadania e educação – é que se poderia falar num Estado Democrático de Direito assegurador do exercício dos direitos e liberdades fundamentais decorrentes da condição humana.

Certo é que uma cultura em direitos humanos somente pode ser alcançada por meio de uma linguagem comum sobre esses mesmos direitos. Essa linguagem comum, em certa medida, vem trazida pelos instrumentos internacionais (globais e regionais) de proteção dos direitos humanos ratificados e em vigor nos Estados, à medida que contêm normas a serem uniformemente aplicadas por todos os Estados-partes e, consequentemente, pelos poderes constituídos junto aos cidadãos.

Por outro lado, somente a educação política propulsiona a prática da vindicação de direitos e a consolidação da cidadania nos Estados. Nesse sentido, Pedro Demo bem esclarece que “o desafio maior da cidadania é a eliminação da pobreza política, que está na raiz da ignorância acerca da condição de massa de manobra. Não cidadão é, sobretudo, quem, por estar coibido de tomar consciência crítica da marginalização que lhe é imposta, não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa e de organizar-se politicamente para tanto. Entende injustiça como destino. Faz a riqueza do outro, sem dela participar”.

A educação política lato sensu pode ser compreendida e levada a efeito em diversos contextos, auxiliando no entendimento do conteúdo dos direitos humanos. Em aulas de história, é possível compreender o que representou para o mundo a Segunda Guerra Mundial, aí já incluídas noções sobre suas consequências para os direitos humanos e sua proteção. A mesma mecânica pode ser utilizada no ensino de diversas áreas do conhecimento, não só, evidentemente, no âmbito das Ciências Jurídicas. Têm papel fundamental, nesse contexto, os professores do ensino básico na adoção de técnicas capazes de levar o estudante ao correto entendimento e enfrentamento dos temas.

Como se nota, é também papel da educação o preparo para o exercício da cidadania, considerado, aqui, em seu sentido amplo, cuja consagração vem assegurada tanto constitucional quanto internacionalmente, desde a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Para tanto, porém, é indispensável que a instrução compreenda um processo educativo capaz de envolver todos os aspectos da vida do cidadão, para além apenas da educação escolar, tornando possível a realização dos princípios da liberdade, moralidade e solidariedade humana, tal como indica o art. XII da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem de 1948.

A educação em Direitos Humanos, como canal estratégico capaz de produzir uma sociedade igualitária, extrapola o direito à educação permanente e de qualidade. É mecanismo que articula a) a apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre Direitos Humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional, regional e local; b) a afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos Direitos Humanos em todos os espaços da sociedade; c) a formação de consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político; d) o desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) o fortaleci-

mento de políticas que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos Direitos Humanos, bem como da reparação das violações.

O PNDH-3 juntamente com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) estabelece os alicerces a serem adotados nos âmbitos nacional, estadual, distrital e municipal. O PNEDH, refletido neste programa, se desdobra em 5 grandes áreas:

Na educação básica, a ênfase do PNDH-3 é possibilitar, desde a infância, a formação de sujeitos de direito, priorizando as populações historicamente vulnerabilizadas. A troca de experiências de crianças de diferentes raças e etnias, imigrantes, com deficiência física ou mental, fortalece, desde cedo, sentimento de convivência pacífica.

No ensino superior, as metas previstas visam a incluir os Direitos Humanos, por meio de diferentes modalidades como disciplinas, linhas de pesquisa, áreas de concentração, transversalização incluída nos projetos acadêmicos dos diferentes cursos de graduação e pós-graduação, bem como em programas e projetos de extensão.

O PNDH-3 propõe inclusão da temática de Educação em Direitos Humanos nos programas de capacitação de lideranças comunitárias e nos programas de qualificação profissional, alfabetização de jovens e adultos, entre outros.

Frise-se que a Educação em Direitos Humanos parte de três pontos: primeiro, é uma educação permanente, continuada e global. Segundo, está voltada para a mudança cultural. Terceiro, é educação em valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, ou seja, não se trata de mera transmissão de conhecimentos. Acrescente-se, ainda, que deve abranger, igualmente, educadores e educandos[Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9_benevides.pdf. Acesso em 24.08.2024].

► Por uma cultura de direitos humanos

A cidadania, para ser bem implementada, demanda no Estado uma “cultura de direitos humanos” decorrente do processo de educação em direitos humanos. De fato, como pontifica André Franco Montoro: “Não basta ensinar direitos humanos. É preciso lutar pela sua efetividade. E, acima de tudo, trabalhar pela criação de uma cultura prática desses direitos”.

A falta de uma cultura em direitos humanos destrói, pois, todo o referencial ético e principiológico conquistado ao longo desses vários anos, desde antes da proclamação da Declaração Universal de 1948, não obstante o alto preço pago por toda a sociedade internacional para a consagração desses direitos, bem como para a sua efetiva positividade em diversos instrumentos internacionais. A consequência mais dramática disso decorre do fato de ser toda a sociedade levada à irreflexão acerca da produção do mal em massa (de que foi exemplo, entre outros, o genocídio cometido durante o Holocausto) e da falta de um mínimo senso político e espírito crítico por parte dos indivíduos que a compõem.

A tarefa de implementar os direitos humanos por meio da educação é, assim, dever de todos – Estado e sociedade. Somente com a conjugação desses esforços será possível construir uma “cultura de direitos humanos”, sobretudo no Brasil. No que tange especificamente à seara jurídica, merece especial destaque a decisão do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, de

novembro de 2009,8 que ordenou a inclusão da matéria Direitos Humanos no exame nacional da OAB. Assim também deveria ser com os certames públicos para as carreiras jurídicas em geral, bem assim com os currículos mínimos de todas as Faculdades de Direito.

Diga-se, novamente, que a cultura em direitos humanos é alcançada à medida que os Estados ratificam instrumentos internacionais de proteção e implementam os seus comandos no plano interno. A cultura em direitos humanos é, assim, mais viva e mais dinâmica quando se pode vindicar direitos postos à disposição de todos os cidadãos, notadamente os provenientes de normas internacionais ratificadas e em vigor nos Estados. Certamente se amplia a cultura em direitos humanos das mulheres, quando o Estado ratifica e coloca em vigor interno convenções destinadas à sua proteção; em direitos humanos das crianças e adolescentes, quando conclui normas a eles relativas, implementando-as no âmbito doméstico; em direitos humanos dos idosos, das pessoas com deficiência e de tantas outras categorias de pessoas quando assume tratados internacionais respectivos e determina o seu fiel cumprimento. A isso se acrescenta o importante papel das organizações não governamentais no exigir dos Estados o respeito aos compromissos internacionalmente assumidos, que acrescentam novos paradigmas à proteção interna e, consequentemente, atinentes à cultura em matéria de direitos humanos.

Em suma, a educação em direitos humanos deve ocorrer de forma a que os seus princípios éticos sejam assimilados por todos os cidadãos em sua plenitude, passando a orientar as ações das gerações presentes e futuras, em busca da reconstrução dos direitos humanos e da cidadania no país. Somente dessa maneira é que o exercício da cidadania e o respeito aos direitos humanos restarão completos e definitivamente assegurados, criando-se verdadeira cultura de direitos humanos entre nós.

O papel do Conselho de Direitos Humanos da ONU na consolidação da educação em direitos humanos

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas tem um papel relevante na consolidação da educação em direitos humanos, eis que sua finalidade principal é a promoção e o respeito universal pela proteção dos direitos humanos e às liberdades fundamentais, sem distinção de qualquer espécie e de maneira justa e igualitária.

Esse mister há de ser implementado ao redor do mundo à luz de políticas públicas (internas) capazes de incorporar as deliberações e debates do Conselho desde a educação de base até o nível universitário no Estado. Todas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho hão de contar com a participação do Estado em sua implementação, para o fim de que não caiam no vazio e de que tornem a missão do órgão efetivamente real nos Estados-membros da Organização, notadamente no que tange ao tema em apreço.

Não há, de fato, outra maneira de se chegar a esse desiderato sem fomentar a educação em direitos humanos. Por isso é o Conselho “responsável pela educação em direitos humanos, bem como pela prestação de serviços de consultoria”, pelo que atua “como fórum para o diálogo sobre questões temáticas de todos os direitos humanos e apresenta à Assembleia Geral da ONU recomendações para o desenvolvimento do direito internacional nessa área”.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI Nº 8.069/1990): PRINCÍPIOS, DIREITOS FUNDAMENTAIS, POLÍTICA DE ATENDIMENTO, PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL, MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL ATRIBUÍDO A ADOLESCENTE

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

TÍTULO II DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 8º É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§1º O atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção primária. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§2º Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no último trimestre da gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, garantido o direito de opção da mulher. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§3º Os serviços de saúde onde o parto for realizado assegurarão às mulheres e aos seus filhos recém-nascidos alta hospitalar responsável e contrarreferência na atenção primária, bem como o acesso a outros serviços e a grupos de apoio à amamentação. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§4º Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§5º A assistência referida no §4º deste artigo deverá ser prestada também a gestantes e mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, bem como a gestantes e mães que se encontrem em situação de privação de liberdade. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§6º A gestante e a parturiente têm direito a 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§7º A gestante deverá receber orientação sobre aleitamento materno, alimentação complementar saudável e crescimento e desenvolvimento infantil, bem como sobre formas de favorecer a criação de vínculos afetivos e de estimular o desenvolvimento integral da criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§8º A gestante tem direito a acompanhamento saudável durante toda a gestação e a parto natural cuidadoso, estabelecendo-se a aplicação de cesariana e outras intervenções cirúrgicas por motivos médicos. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§9º A atenção primária à saúde fará a busca ativa da gestante que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal, bem como da puérpera que não comparecer às consultas pós-parto. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§10. Incumbe ao poder público garantir, à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, em articulação com o sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 8º- A. Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência. (Incluído pela Lei nº 13.798, de 2019)

Parágrafo único. As ações destinadas a efetivar o disposto no caput deste artigo ficarão a cargo do poder público, em conjunto com organizações da sociedade civil, e serão dirigidas prioritariamente ao público adolescente. (Incluído pela Lei nº 13.798, de 2019)

Art. 9º O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

§1º Os profissionais das unidades primárias de saúde desenvolverão ações sistemáticas, individuais ou coletivas, visando ao planejamento, à implementação e à avaliação de ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável, de forma contínua. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§2º Os serviços de unidades de terapia intensiva neonatal deverão dispor de banco de leite humano ou unidade de coleta de leite humano. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

I- manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos;

II- identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente;

III- proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais;

IV- fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato;

V- manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

VI- acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar, utilizando o corpo técnico já existente. (Incluído pela Lei nº 13.436, de 2017) (Vigência)

§1º Os testes para o rastreamento de doenças no recém-nascido serão disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), na forma da regulamentação elaborada pelo Ministério da Saúde, com implementação de forma escalonada, de acordo com a seguinte ordem de progressão: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

I – etapa 1: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

a) fenilcetonúria e outras hiperfenilalaninemias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

b) hipotireoidismo congênito; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

c) doença falciforme e outras hemoglobinopatias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

d) fibrose cística; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

e) hiperplasia adrenal congênita; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

f) deficiência de biotinidase; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

g) toxoplasmose congênita; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

II – etapa 2: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

a) galactosemias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

b) aminoacidopatias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

c) distúrbios do ciclo da ureia; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

d) distúrbios da betaoxidação dos ácidos graxos; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

III – etapa 3: doenças lisossômicas; (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

IV – etapa 4: imunodeficiências primárias; (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

V – etapa 5: atrofia muscular espinhal. (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

§2º A delimitação de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho, no âmbito do PNTN, será revisada periodicamente, com base em evidências científicas, considerados os benefícios do rastreamento, do diagnóstico e do tratamento precoce, priorizando as doenças com maior prevalência no País, com protocolo de tratamento aprovado e com tratamento incorporado no Sistema Único de Saúde. (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

§3º O rol de doenças constante do §1º deste artigo poderá ser expandido pelo poder público com base nos critérios estabelecidos no §2º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

§4º Durante os atendimentos de pré- natal e de puerpério imediato, os profissionais de saúde devem informar a gestante e os acompanhantes sobre a importância do teste do pezinho e sobre as eventuais diferenças existentes entre as modalidades oferecidas no Sistema Único de Saúde e na rede privada de saúde. (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

Art. 11. É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§1º A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§2º Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente, àqueles que necessitarem, medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§3º Os profissionais que atuam no cuidado diário ou frequente de crianças na primeira infância receberão formação específica e permanente para a detecção de sinais de risco para o desenvolvimento psíquico, bem como para o acompanhamento que se fizer necessário. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 12. Os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus- tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. (Redação dada pela Lei nº 13.010, de 2014)

§1º As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§2º Os serviços de saúde em suas diferentes portas de entrada, os serviços de assistência social em seu componente especializado, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente deverão conferir máxima prioridade ao atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza, formulando projeto terapêutico singular que inclua intervenção em rede e, se necessário, acompanhamento domiciliar. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 14. O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

§1º É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 13.257, de 2016)

§2º O Sistema Único de Saúde promoverá a atenção à saúde bucal das crianças e das gestantes, de forma transversal, integral e intersetorial com as demais linhas de cuidado direcionadas à mulher e à criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§3º A atenção odontológica à criança terá função educativa protetiva e será prestada, inicialmente, antes de o bebê nascer, por meio de aconselhamento pré- natal, e, posteriormente, no sexto e no décimo segundo anos de vida, com orientações sobre saúde bucal. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§4º A criança com necessidade de cuidados odontológicos especiais será atendida pelo Sistema Único de Saúde. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§5º É obrigatória a aplicação a todas as crianças, nos seus primeiros dezoito meses de vida, de protocolo ou outro instrumento construído com a finalidade de facilitar a detecção, em consulta pediátrica de acompanhamento da criança, de risco para o seu desenvolvimento psíquico. (Incluído pela Lei nº 13.438, de 2017) (Vigência)

CAPÍTULO II

DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I- ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II- opinião e expressão;

III- crença e culto religioso;

IV- brincar, praticar esportes e divertir- se;

V- participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI- participar da vida política, na forma da lei;

VII- buscar refúgio, auxílio e orientação.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo- os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 18- A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá- los, educá- los ou protegê- los. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera- se: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

I- castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

a) sofrimento físico; ou (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

b) lesão; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

II- tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

a) humilhe; ou (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

b) ameace gravemente; ou (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

c) ridicularize. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Art. 18- B. Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá- los, educá- los ou protegê- los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

I- encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

II- encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

III- encaminhamento a cursos ou programas de orientação; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

IV- obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

V- advertência. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

VI- garantia de tratamento de saúde especializado à vítima. (Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022) Vigência

Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

CAPÍTULO III DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)

§2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)

§3º A manutenção ou a reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em serviços e programas de proteção, apoio e promoção, nos termos do §1º do art. 23, dos incisos I e IV do caput do art. 101 e dos incisos I a IV do caput do art. 129 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§4º Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial. (Incluído pela Lei nº 12.962, de 2014)

§5º Será garantida a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§6º A mãe adolescente será assistida por equipe especializada multidisciplinar. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

Art. 19- A. A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§1º A gestante ou mãe será ouvida pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, que apresentará relatório à autoridade judiciária, considerando inclusive os eventuais efeitos do estado gestacional e puerperal. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§2º De posse do relatório, a autoridade judiciária poderá determinar o encaminhamento da gestante ou mãe, mediante sua expressa concordância, à rede pública de saúde e assistência social para atendimento especializado. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§3º A busca à família extensa, conforme definida nos termos do parágrafo único do art. 25 desta Lei, respeitará o prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§4º Na hipótese de não haver a indicação do genitor e de não existir outro representante da família extensa apto a receber a guarda, a autoridade judiciária competente deverá decretar a extinção do poder familiar e determinar a colocação da criança sob a guarda provisória de quem estiver habilitado a adotá- la ou de entidade que desenvolva programa de acolhimento familiar ou institucional. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§5º Após o nascimento da criança, a vontade da mãe ou de ambos os genitores, se houver pai registral ou pai indicado, deve ser manifestada na audiência a que se refere o §1º do art. 166 desta Lei, garantido o sigilo sobre a entrega. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§6º Na hipótese de não comparecerem à audiência nem o genitor nem representante da família extensa para confirmar a intenção de exercer o poder familiar ou a guarda, a autoridade judiciária suspenderá o poder familiar da mãe, e a criança será colocada sob a guarda provisória de quem esteja habilitado a adotá- la. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§7º Os detentores da guarda possuem o prazo de 15 (quinze) dias para propor a ação de adoção, contado do dia seguinte à data do término do estágio de convivência. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL E TRABALHO EM EQUIPE

HABILIDADES INTERPESSOAIS E TRABALHO EM EQUIPE

No contexto da administração pública e do ambiente organizacional moderno, as habilidades interpessoais têm se tornado competências cada vez mais valorizadas. Elas são frequentemente exigidas em concursos públicos, especialmente em cargos que envolvem relacionamento com o público ou trabalho colaborativo. Essas habilidades, também chamadas de soft skills, referem-se à capacidade de se comunicar, interagir, entender e trabalhar bem com os outros. Paralelamente, o trabalho em equipe é uma exigência constante nas organizações públicas e privadas, pois a colaboração entre os membros de uma equipe é essencial para alcançar objetivos comuns, melhorar a produtividade e promover um ambiente harmônico.

A integração entre habilidades interpessoais e trabalho em equipe é fundamental para o funcionamento eficiente das instituições. Saber se comunicar com clareza, escutar ativamente, ter empatia, lidar com conflitos e adaptar-se a diferentes perfis comportamentais são elementos que favorecem o desempenho coletivo.

Principais habilidades interpessoais

As habilidades interpessoais englobam um conjunto de atitudes e comportamentos que facilitam a convivência e a cooperação entre as pessoas. Entre as mais relevantes para o ambiente de trabalho e os concursos, destacam-se:

- **Comunicação eficaz:** envolve a clareza na transmissão de mensagens, a escuta ativa e a capacidade de adaptar a linguagem ao interlocutor. Uma boa comunicação reduz ruídos e mal-entendidos, essenciais para ambientes organizacionais.
- **Empatia e inteligência emocional:** refere-se à capacidade de compreender os sentimentos e as perspectivas dos outros, o que contribui para um ambiente de respeito e cooperação.
- **Assertividade:** é a habilidade de expressar opiniões e sentimentos de forma clara, direta e respeitosa, sem agressividade ou passividade.
- **Resolução de conflitos:** trata da capacidade de mediar e resolver divergências com equilíbrio, mantendo o foco nos objetivos comuns e evitando rupturas nas relações.
- **Flexibilidade e adaptação:** diz respeito à disposição para mudar estratégias, lidar com diferentes perfis e enfrentar desafios com criatividade.
- **Capacidade de dar e receber feedback:** fundamental para o crescimento profissional e para a melhoria contínua, tanto individual quanto coletiva.

Essas competências são frequentemente avaliadas em provas discursivas, entrevistas e até em dinâmicas de grupo em concursos públicos que exigem análise de perfil profissional.

Trabalho em equipe

Trabalho em equipe é a prática de várias pessoas colaborarem entre si com o objetivo de alcançar metas comuns. No contexto das organizações públicas, essa prática envolve a divisão de tarefas, o compartilhamento de responsabilidades e a construção de um ambiente baseado na confiança e na cooperação.

Características essenciais de uma equipe eficiente incluem:

- **Sinergia:** o todo é mais produtivo do que a soma das partes.
- **Papéis bem definidos:** cada integrante sabe sua função e responsabilidade.
- **Metas claras:** todos trabalham com foco em objetivos comuns.
- **Comunicação interna:** fluidez na troca de informações é crucial.
- **Cooperação:** envolve respeito mútuo, ajuda mútua e foco no coletivo.

A ausência de trabalho em equipe pode resultar em retrabalho, conflitos e baixa produtividade. Já uma equipe bem coordenada gera inovação, motivação e alto desempenho, características muito valorizadas tanto na esfera pública quanto na privada.

Relação entre habilidades interpessoais e trabalho em equipe

Habilidades interpessoais são a base sobre a qual se constrói o trabalho em equipe. Uma equipe só funciona bem quando seus membros conseguem interagir de maneira eficaz, ou seja, quando a comunicação é clara, os sentimentos são compreendidos e respeitados, e os conflitos são resolvidos de forma construtiva.

Por exemplo, a empatia permite entender o ponto de vista dos colegas, facilitando a tomada de decisões conjuntas. A assertividade ajuda na expressão de ideias sem gerar atritos desnecessários. A escuta ativa permite compreender os objetivos do grupo. Tudo isso reduz conflitos e aumenta a coesão do grupo.

Na prática, equipes compostas por membros com boas habilidades interpessoais tendem a ter maior capacidade de se adaptar às mudanças, tomar decisões mais equilibradas e alcançar melhores resultados.

Como desenvolver essas competências

O desenvolvimento das habilidades interpessoais e da capacidade de trabalho em equipe exige esforço contínuo e autocuidado. Algumas estratégias práticas incluem:

- Participar de treinamentos e cursos focados em comunicação, liderança e inteligência emocional.
- Receber e oferecer feedbacks construtivos, promovendo o crescimento mútuo.
- Envolver-se em projetos coletivos, mesmo em ambientes acadêmicos ou voluntários, para exercitar a colaboração.
- Praticar a escuta ativa no dia a dia, evitando interrupções e buscando compreender verdadeiramente o outro.

- Refletir sobre suas próprias reações e buscar o equilíbrio emocional, especialmente diante de situações de pressão.

Em instituições públicas, muitos órgãos oferecem capacitação continuada, e esses momentos devem ser aproveitados como oportunidade de crescimento interpessoal.

GESTÃO DE CONFLITOS NO AMBIENTE DE TRABALHO

No cotidiano organizacional, os conflitos são inevitáveis e fazem parte natural das relações humanas. Quando indivíduos com histórias, formações, expectativas e valores distintos trabalham juntos, é comum que surjam divergências. No entanto, o conflito, por si só, não deve ser encarado como algo negativo. Ao contrário, pode representar uma oportunidade de crescimento, inovação e melhoria dos processos, desde que seja gerido de forma adequada. No contexto da administração pública, onde as equipes são frequentemente compostas por servidores com diferentes formações e funções, a gestão de conflitos torna-se uma habilidade essencial para garantir a harmonia, a produtividade e o cumprimento das metas institucionais.

A gestão de conflitos no ambiente de trabalho envolve técnicas, estratégias e posturas que visam prevenir, mediar e resolver impasses entre indivíduos ou grupos.

Conceito e tipos de conflitos

A gestão de conflitos pode ser definida como o conjunto de ações voltadas à identificação, análise, mediação e resolução de divergências no ambiente organizacional. Os conflitos podem ter diversas origens e assumir formas distintas, sendo classificados conforme sua natureza ou suas causas.

Quanto à natureza, temos:

- **Conflito intrapessoal:** ocorre dentro do próprio indivíduo, geralmente relacionado à dúvida, insegurança ou conflitos internos de valores.
- **Conflito interpessoal:** é o mais comum, envolvendo divergência entre duas ou mais pessoas.
- **Conflito intragrupo:** surge dentro de uma mesma equipe de trabalho.
- **Conflito intergrupo:** envolve setores, departamentos ou grupos distintos da organização.

Quanto à causa, os conflitos podem ser:

- **De relacionamento:** gerados por diferenças de personalidade ou estilos de comunicação.
- **De informação:** causados por informações incorretas, incompletas ou mal interpretadas.
- **De interesses:** quando as partes envolvidas buscam objetivos diferentes e, muitas vezes, incompatíveis.
- **De valores:** quando há choque de princípios, crenças ou ideologias pessoais.
- **Estruturais:** decorrentes de falhas organizacionais, como hierarquias rígidas, má distribuição de tarefas ou falta de recursos.

Além disso, os conflitos também podem ser classificados em funcionais (produtivos, que contribuem para o crescimento organizacional) e disfuncionais (prejudiciais, que geram estagnação e rupturas no ambiente de trabalho).

Etapas da gestão de conflitos

Para que os conflitos sejam tratados de forma eficaz, é necessário seguir algumas etapas:

- **Prevenção:** consiste na criação de um ambiente de trabalho saudável, com canais de comunicação abertos, cultura de feedback e incentivo ao diálogo. Um clima organizacional positivo contribui para a redução de conflitos.
- **Diagnóstico:** identificação clara do problema, das partes envolvidas e das causas do conflito. Esse passo requer escuta ativa e imparcialidade por parte do gestor ou mediador.
- **Mediação:** facilitação do diálogo entre as partes, visando a compreensão mútua e a construção de soluções consensuais. A mediação pode ser feita por um terceiro neutro ou por um gestor capacitado.
- **Negociação:** processo de busca por acordos que atendam aos interesses de todos os envolvidos. A negociação colaborativa é a mais indicada, pois privilegia o ganha-ganha.
- **Acompanhamento:** monitoramento dos acordos firmados, garantindo que as soluções sejam implementadas e os relacionamentos restaurados.

Técnicas e estratégias para resolução de conflitos

Dentre as principais ferramentas utilizadas na gestão de conflitos, destacam-se:

- **Escuta ativa:** ouvir com atenção, demonstrando empatia e evitando interrupções. É fundamental para compreender as reais necessidades e emoções das partes.
- **Feedback construtivo:** comunicação direta, clara e respeitosa sobre comportamentos ou atitudes que precisam ser ajustadas.
- **Comunicação não violenta:** técnica que busca expressar sentimentos e necessidades sem julgamentos ou acusações, favorecendo o diálogo e a empatia.
- **Mediação:** processo conduzido por um terceiro neutro que auxilia as partes a encontrarem uma solução consensual.
- **Negociação colaborativa:** foco nos interesses e não nas posições, buscando benefícios mútuos.
- **Modelo TKI (Thomas-Kilmann):** identifica cinco estilos de lidar com conflitos – competição, colaboração, acomodação, evitação e compromisso – cada um aplicável a diferentes contextos.

Impactos e importância no serviço público

Na administração pública, a gestão de conflitos tem papel estratégico na promoção de um ambiente de trabalho mais eficiente, ético e colaborativo. Conflitos não resolvidos podem comprometer o cumprimento de metas, aumentar o absenteísmo, gerar desmotivação e até impactar negativamente o atendimento ao cidadão. Por outro lado, a boa gestão de conflitos promove maior integração entre os servidores, melhora o clima organizacional e favorece o desempenho coletivo.

Com a introdução de modelos modernos de gestão pública, como a administração participativa e o gerenciamento por competências, espera-se que os servidores públicos desenvolvam habilidades socioemocionais, como empatia, escuta ativa, liderança e negociação, fundamentais para a resolução de impasses.

RACIOCÍNIO CRÍTICO E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

CAPACIDADE DE ANÁLISE E SÍNTESE DE INFORMAÇÕES

Entendendo a Capacidade de Análise

A análise é a habilidade de examinar uma informação em detalhes, separando seus elementos constituintes para entender suas relações, intenções e implicações. Esse processo permite detectar o que é essencial, identificar pressupostos, argumentos, falácias e até erros lógicos.

O que é analisar informações?

Analisar é investigar a estrutura de um enunciado, uma tabela, um gráfico ou um problema. Ao fazer isso, o candidato desenvolve um pensamento crítico, deixando de aceitar informações de forma passiva para julgá-las de forma ativa.

Identificar partes, relações e padrões

Imagine um gráfico que apresenta dados de crescimento populacional. A análise permite identificar não apenas os números, mas também tendências, irregularidades e relações causais. Nas questões de lógica, por exemplo, isso se traduz em perceber padrões numéricos, lógicos ou linguísticos.

Separar o essencial do acessório

Muitas questões vêm recheadas de informações irrelevantes. Um bom analista sabe separar o que é ruído daquilo que realmente contribui para resolver a questão. Isso evita distrações e economiza tempo na prova.

Exemplos de questões que exigem análise

- Questões que pedem a identificação de argumentos em um texto;
- Interpretação de gráficos com múltiplas variáveis;
- Situações-problema com condições implícitas e explícitas;
- Problemas de lógica envolvendo tabelas-verdade, diagramas ou sequências.

Dicas para aprimorar a capacidade analítica

- Pratique leitura crítica diariamente, com textos jornalísticos e opinativos;
- Faça questões que envolvam análise de gráficos e tabelas;
- Desenvolva o hábito de sublinhar ou anotar as partes essenciais do enunciado;
- Estude lógica formal e raciocínio dedutivo com exercícios progressivos.

Entendendo a Capacidade de Síntese

A síntese é a capacidade de reunir ideias, dados e argumentos dispersos para construir uma resposta clara, objetiva e estruturada. Ela envolve a organização do pensamento e a habilidade de focar no que realmente importa para responder a uma pergunta.

O que é sintetizar informações?

É resumir sem perder a essência. Ao sintetizar, você integra diferentes partes da informação para produzir um entendimento global e coerente, capaz de responder à demanda do enunciado.

Unificar ideias e construir uma conclusão coerente

Ao resolver uma questão discursiva, por exemplo, é preciso articular os principais pontos do conteúdo estudado, sem divagar. A síntese é justamente essa construção organizada e focada.

Reconhecer padrões para gerar respostas objetivas

Na prática, isso significa perceber que um gráfico mostra uma tendência de crescimento e concluir que a variável A influencia a variável B. Ou então, notar que dois textos argumentam de formas diferentes, mas com base no mesmo princípio.

Diferenças de abordagem

Cada banca tem um “estilo”. Entender essas diferenças ajuda o candidato a treinar de forma direcionada, focando nos padrões de cobrança e linguagens mais utilizadas.

Estratégias de resolução de problemas

- Leitura crítica e interpretação ativa: fazer perguntas ao texto (o que está sendo dito? com que objetivo? há dados ocultos?).
- Mapeamento mental e resumo lógico: ao organizar ideias em forma de mapa ou lista lógica, você exercita tanto a análise (estrutura) quanto a síntese (integração).

TOMADA DE DECISÃO EM CENÁRIOS SOLICITADOS

O que é a Tomada de Decisão e sua Importância em Concursos

Tomar decisões é um processo que fazemos diariamente, muitas vezes de forma automática. No entanto, em contextos de concursos públicos e, posteriormente, no exercício da função pública, a tomada de decisão precisa ser lógica, fundamentada e contextualizada. Trata-se de uma competência essencial, especialmente para cargos que envolvem análise de situações, interpretação de dados e escolhas estratégicas.

A Estrutura Lógica da Tomada de Decisão

A tomada de decisão é um processo racional que pode ser dividido em etapas lógicas. Quando você enfrenta uma situação-problema, seu cérebro precisa percorrer uma sequência para escolher a melhor alternativa. Esse processo pode ser treinado.

1. Identificação do problema

O primeiro passo é reconhecer o que, de fato, precisa ser resolvido. Muitas vezes, o enunciado traz informações acessórias que podem confundir. O candidato deve saber filtrar o problema central.

2. Levantamento de alternativas

Depois de entender o problema, deve-se pensar: quais são as opções disponíveis? Em questões de múltipla escolha, as alternativas já estão dadas, mas é preciso avaliá-las com cuidado, considerando suas consequências e sua coerência com o cenário.

3. Análise das consequências

Cada alternativa gera resultados diferentes. Uma boa decisão é aquela que resolve o problema da forma mais eficiente, ética e racional possível. O examinador quer saber se você consegue prever e avaliar essas consequências.

4. Escolha fundamentada

A escolha não pode ser emocional ou precipitada. É necessário justificar internamente por que aquela alternativa é a melhor, considerando critérios como lógica, viabilidade, legalidade e ética.

5. Revisão da decisão (quando possível)

Embora essa etapa nem sempre apareça nas provas objetivas, em contextos reais é comum que decisões sejam revistas. Essa capacidade crítica também pode ser avaliada em questões discursivas ou em entrevistas.

Além dessa estrutura, é importante reconhecer modelos mentais que usamos para decidir. Muitas vezes, usamos “atalhos mentais”, chamados heurísticas, que ajudam na rapidez, mas podem levar a erros. Nas provas, isso é explorado com alternativas aparentemente corretas, mas que escondem pegadinhas lógicas.

Leitura de Cenários e Interpretação de Contextos

Uma das partes mais desafiadoras das questões de tomada de decisão é interpretar corretamente o cenário apresentado. Muitas vezes, o enunciado simula uma situação cotidiana ou de gestão pública, exigindo que o candidato compreenda as entrelinhas e identifique os elementos cruciais.

Como identificar as variáveis relevantes de um problema

Nem toda informação do enunciado é útil. Treine para sublinhar ou anotar os elementos essenciais: o que está em jogo, quem são os envolvidos, qual o recurso limitado (tempo, dinheiro, pessoal), e qual é o objetivo da ação.

Distinguir fatos, suposições e intenções

Muitas vezes, a banca apresenta fatos misturados com interpretações subjetivas ou com intenções ocultas dos personagens do enunciado. O candidato deve saber diferenciar o que é dado objetivo daquilo que é opinião ou suposição.

O papel da interpretação crítica na decisão correta

Tomar decisões não é apenas escolher a opção “mais lógica”. É entender quem é afetado, qual é o objetivo da ação, quais princípios estão envolvidos e qual alternativa respeita melhor esses elementos. Um bom decisor é, acima de tudo, um bom leitor de contextos.

Estratégias de Resolução de Problemas com Base em Decisão

Para resolver questões de tomada de decisão com segurança, é preciso dominar algumas estratégias práticas. Aqui estão algumas que você pode aplicar imediatamente:

1. Use o método de exclusão lógica

Elimine as alternativas claramente incorretas. Isso reduz o campo de escolha e facilita a comparação entre as opções mais próximas.

2. Considere o impacto de cada alternativa

Imagine que você escolheu determinada opção. Quais seriam os efeitos disso? Ela resolve o problema proposto? Ela é coerente com os princípios éticos e legais?

3. Fique atento a palavras-chave nos enunciados

Expressões como “de acordo com os princípios da administração pública”, “a melhor atitude seria”, ou “considerando a ética profissional” indicam que você precisa alinhar sua decisão com valores e critérios mais amplos.

4. Avalie o custo-benefício das opções

Muitas questões envolvem dilemas: há prós e contras em todas as alternativas. A resposta correta geralmente é a que minimiza danos e maximiza benefícios, respeitando o contexto.

Exemplos de aplicação:

- Decisões éticas: Um servidor presencia um colega cometendo um ato irregular. A melhor decisão precisa considerar legalidade, ética e consequências institucionais.
- Análise de dados: Diante de uma tabela de produtividade, qual decisão melhoraria os resultados sem aumentar os custos?
- Gestão de conflitos: Em uma situação de crise entre departamentos, qual medida conciliaria interesses e manteria a eficiência?

PENSAMENTO LÓGICO E ESTRUTURAÇÃO DE IDEIAS

O que é Pensamento Lógico e Por que Ele é Essencial

O pensamento lógico é a base para qualquer processo de raciocínio estruturado. Em sua essência, consiste na capacidade de organizar ideias de maneira coerente, identificar relações entre fatos e tirar conclusões válidas a partir de premissas ou dados apresentados. Trata-se de uma habilidade cognitiva crucial, tanto para a resolução de problemas cotidianos quanto para o bom desempenho em concursos públicos.

Diferente da simples memorização, o pensamento lógico exige reflexão ativa, análise crítica e clareza na construção de argumentos. Por isso, questões que envolvem lógica formal, inter-

INFORMÁTICA BÁSICA

HARDWARE E DISPOSITIVOS

O hardware é a parte física do computador, composta por todos os componentes e dispositivos que podem ser tocados, como placas, cabos, memórias, dispositivos de entrada e saída, entre outros. Ele é dividido em várias categorias com base em sua função: componentes internos, dispositivos de entrada, dispositivos de saída e dispositivos de armazenamento.

Componentes Internos

- **Placa-mãe (Motherboard):** É o principal componente do computador, responsável por conectar todos os outros dispositivos. Ela contém slots para o processador, memória RAM, discos de armazenamento e placas de expansão.

- **Processador (CPU - Central Processing Unit):** Conhecido como o “cérebro” do computador, o processador executa as instruções dos programas e realiza cálculos. Ele é dividido em:

- **Unidade de Controle (UC):** Gerencia a execução das instruções.

- **Unidade Lógica e Aritmética (ULA):** Realiza cálculos matemáticos e operações lógicas.

- **Memória RAM (Random Access Memory):** Uma memória volátil e temporária usada para armazenar dados dos programas em execução. Perde seu conteúdo ao desligar o computador.

- **Memória ROM (Read Only Memory):** Uma memória não volátil que armazena instruções permanentes, como o BIOS, essencial para inicializar o computador.

- **Memória Cache:** Uma memória extremamente rápida que armazena dados frequentemente usados pelo processador, acelerando o desempenho.

- **Placa de Vídeo (GPU - Graphics Processing Unit):** Responsável por processar imagens e vídeos, essencial para gráficos avançados e jogos.

- **Fonte de Alimentação:** Fornece energia elétrica para todos os componentes do computador.

- **Placa de Rede:** Permite a conexão do computador a redes locais ou à internet, podendo ser com fio ou sem fio.

Dispositivos de Entrada

- **Teclado:** Permite inserir informações no computador através de teclas.

- **Mouse:** Facilita a interação com interfaces gráficas.

- **Microfone:** Capta áudio para comunicação ou gravação.

- **Scanner:** Converte documentos físicos em arquivos digitais.

- **Webcam:** Captura imagens e vídeos.

Dispositivos de Saída

- **Monitor:** Exibe imagens, vídeos e informações ao usuário.
- **Impressora:** Produz cópias físicas de documentos ou imagens.

- **Caixas de Som/Fones de Ouvido:** Reproduzem áudio.

- **Projetores:** Apresentam imagens ou vídeos em grandes superfícies.

Dispositivos de Entrada e Saída (I/O)

Alguns dispositivos desempenham as duas funções:

- **Pen Drives:** Permitem armazenar dados e transferi-los.

- **Touchscreen:** Combina entrada (toque) e saída (exibição).

- **Impressoras Multifuncionais:** Funcionam como scanner e impressora.

Dispositivos de Armazenamento

- **HD (Hard Disk):** Um disco magnético usado para armazenar grandes quantidades de dados de forma permanente.

- **SSD (Solid State Drive):** Uma unidade de armazenamento mais rápida e resistente que o HD, usada para maior desempenho.

- **Memórias Externas:** Incluem pen drives, cartões de memória e discos rígidos externos.

- **Mídias Ópticas:** CDs, DVDs e Blu-rays, que armazenam dados de forma durável.

- **CD (Compact Disc):** Armazena até 700 MB de dados.

- **DVD (Digital Versatile Disc):** Armazena entre 4,7 GB (camada única) e 8,5 GB (duas camadas).

- **Blu-ray:** Armazena até 25 GB por camada.

SISTEMAS OPERACIONAIS (WINDOWS E LINUX)

WINDOWS 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, amplamente utilizado em computadores pessoais, laptops e dispositivos híbridos. Ele oferece uma interface intuitiva e recursos que facilitam a produtividade, o entretenimento e a conectividade.

Área de trabalho

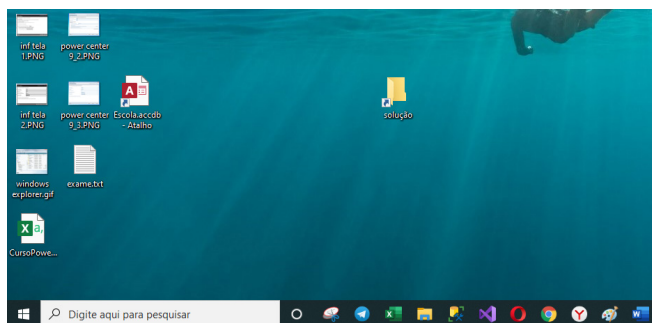
A área é o espaço principal de trabalho do sistema, onde você pode acessar atalhos de programas, pastas e arquivos. O plano de fundo pode ser personalizado com imagens ou cores sólidas, e os ícones podem ser organizados conforme sua preferência. Além disso, a barra de tarefas na parte inferior centraliza funções como:

- **Botão Iniciar:** acesso rápido aos aplicativos e configurações.

- **Barra de pesquisa:** facilita a busca de arquivos e aplicativos no sistema.

- **Ícones de aplicativos:** mostram os programas em execução ou fixados.

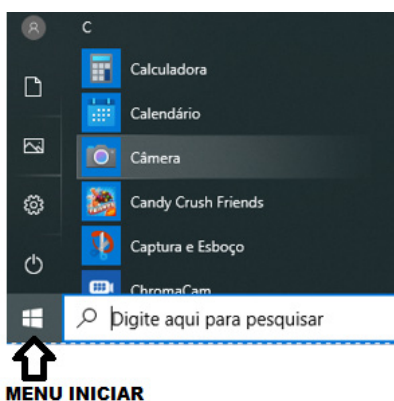
- **Relógio e notificações:** localizados no canto direito para visualização rápida.



Uso dos menus

Os menus no Windows 10 são projetados para facilitar o acesso a diversas funções e aplicativos. Ao clicar no botão Iniciar, você encontrará:

- Uma lista dos programas instalados.
- Atalhos para aplicativos fixados.
- A barra de pesquisa, onde você pode digitar para localizar programas, arquivos e configurações de forma rápida.

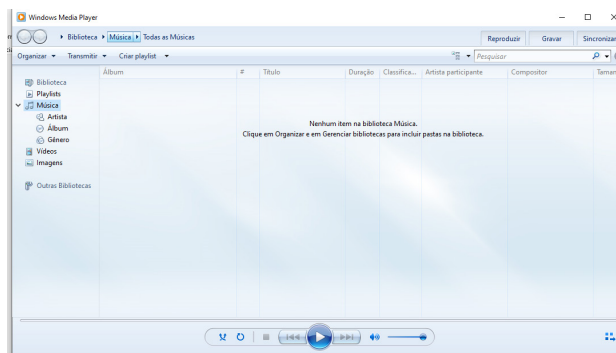


Programas e interação com o usuário

Para entender melhor as funções categorizadas no Windows 10, vamos dividir os programas por categorias, explorando as possibilidades que cada um oferece para o usuário.

Música e Vídeo: O Windows Media Player é o player nativo do sistema, projetado para reproduzir músicas e vídeos, proporcionando uma experiência multimídia completa. Suas principais funcionalidades incluem:

- **Organização de bibliotecas:** gere arquivos de música, fotos e vídeos armazenados no computador.
- **Reprodução de mídia:** toque músicas e vídeos em diversos formatos compatíveis.
- **Criação de playlists:** organize suas músicas em listas personalizadas para diferentes ocasiões.
- **Gravação de CDs:** transfira suas playlists para CDs de maneira prática.
- **Sincronização com dispositivos externos:** conecte dispositivos de armazenamento e transfira sua mídia facilmente.

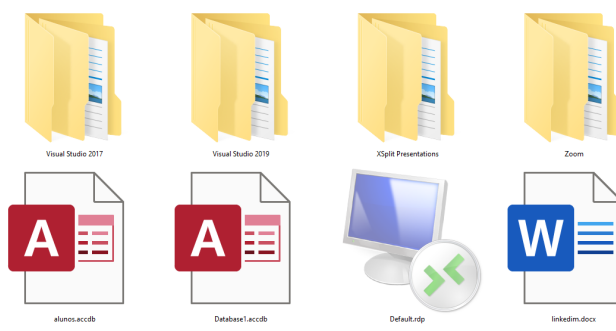


Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome “pasta” ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos).

Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais.

Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.

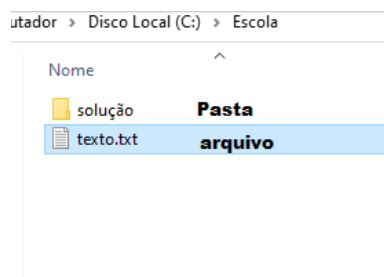


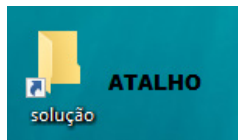
No caso da figura acima temos quatro pastas e quatro arquivos.

Arquivos e atalhos

Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vimos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

- **Arquivo:** é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc..), aplicativos diversos, etc.
- **Atalho:** é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.





Área de transferência

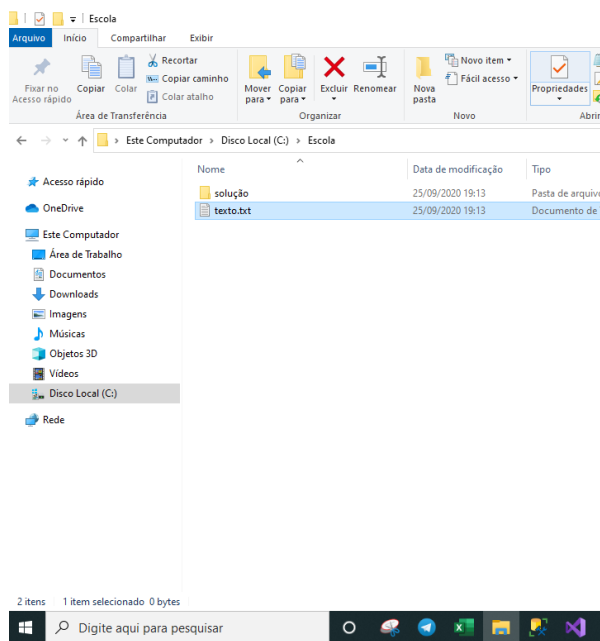
A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

– Quando executamos comandos como “Copiar” ou “Ctrl + C”, estamos copiando dados para esta área intermediária.

– Quando executamos comandos como “Colar” ou “Ctrl + V”, estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.

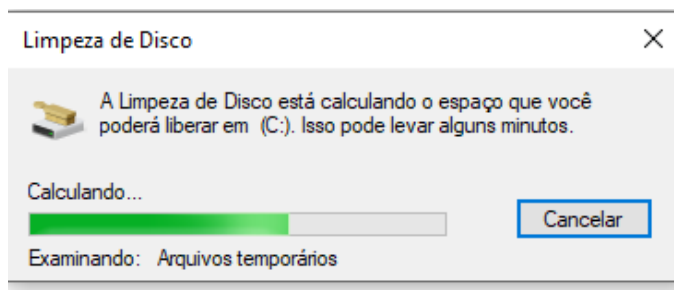
Manipulação de arquivos e pastas

A caminho mais rápido para acessar e manipular arquivos e pastas e outros objetos é através do “Meu Computador”. Podemos executar tarefas tais como: copiar, colar, mover arquivos, criar pastas, criar atalhos etc.

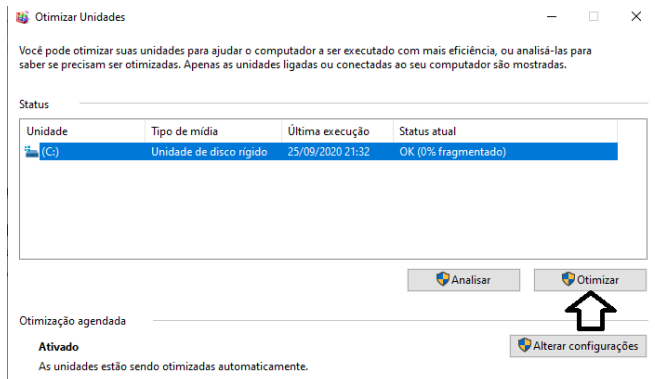


Ferramentas do sistema

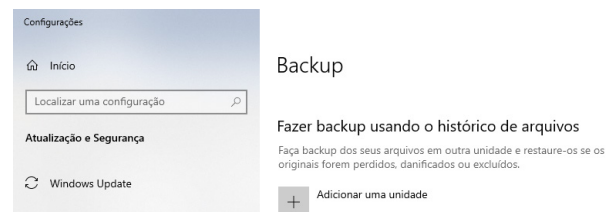
– A limpeza de disco é uma ferramenta importante, pois o próprio Windows sugere arquivos inúteis e podemos simplesmente confirmar sua exclusão.



– O desfragmentador de disco é uma ferramenta muito importante, pois conforme vamos utilizando o computador os arquivos ficam internamente desorganizados, isto faz que o computador fique lento. Utilizando o desfragmentador o Windows se reorganiza internamente tornando o computador mais rápido e fazendo com que o Windows acesse os arquivos com maior rapidez.

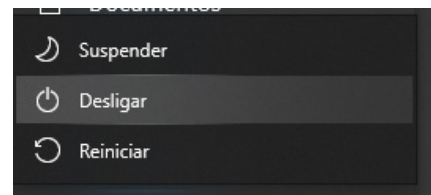


– O recurso de backup e restauração do Windows é muito importante pois pode ajudar na recuperação do sistema, ou até mesmo escolher seus arquivos para serem salvos, tendo assim uma cópia de segurança.



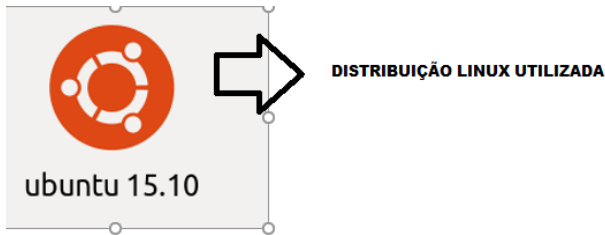
Inicialização e finalização

Quando fizermos login no sistema, entraremos direto no Windows, porém para desligá-lo devemos recorrer ao ícone de Windows e:



LINUX UBUNTU

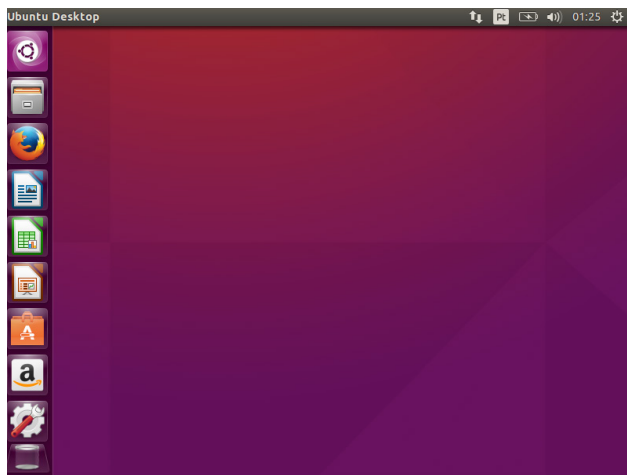
O Linux não é um ambiente gráfico como o Windows, mas podemos carregar um pacote para torná-lo gráfico assumindo assim uma interface semelhante ao Windows. Neste caso vamos carregar o pacote Gnome no Linux. Além disso estaremos também usando a distribuição Linux Ubuntu para demonstração, pois sabemos que o Linux possui várias distribuições para uso.



Linux Ubuntu em modo texto:

```
Ubuntu:~$ ls
Downloads  Music  Public  Videos
ts  examples.desktop  Pictures  Templates
Ubuntu:~$
```

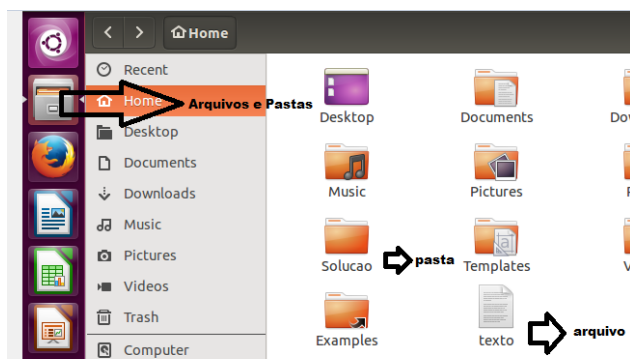
Linux Ubuntu em modo gráfico (Área de trabalho):



Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome “pasta” ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos).

Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.



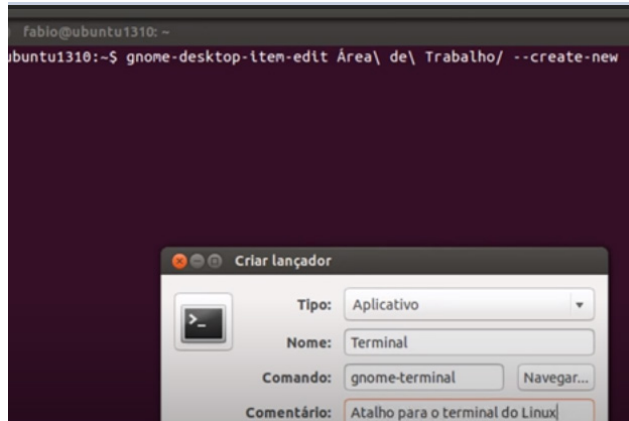
No caso da figura acima temos quatro pastas e quatro arquivos.

Arquivos e atalhos

Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vimos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

- Arquivo é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc.), aplicativos diversos, etc.
- Atalho é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.

No caso do Linux temos que criar um lançador que funciona como um atalho, isto é, ele vai chamar o item indicado.



Perceba que usamos um comando para criar um lançador, mas nosso objetivo aqui não é detalhar comandos, então a forma mais rápida de pesquisa de aplicativos, pastas e arquivos é através do botão:



Desta forma já vamos direto ao item desejado

Área de transferência

Perceba que usando a interface gráfica funciona da mesma forma que o Windows.

A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

- Quando executamos comandos como “Copiar” ou “Ctrl + C”, estamos copiando dados para esta área intermediária.
- Quando executamos comandos como “Colar” ou “Ctrl + V”, estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.